



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - Bairro CIDADE JARDIM - CEP 30380000 - Belo Horizonte - MG

EDITAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

AMPLA CONCORRÊNCIA

SEI Nº 0011943-69.2021.6.13.8000

PREGÃO ELETRÔNICO: 90028/2025

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 14/07/2025 às 14h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item (região)

MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado

VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$59.409.781,50 (período de 60 meses), sendo:

- Item 1 (Região 1): R\$17.187.076,80;

- Item 2 (Região 2): R\$33.347.871,00;

- Item 3 (Região 3): R\$8.874.833,70.

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

Torna-se público que a UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, UASG 070014, com sede na Av. Prudente de Moraes, nº 100, Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte, inscrito no CNPJ sob o n.º 05.940.740/0001-21, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação de serviços de Interligação da Rede Local de Comunicação de Dados do TRE-MG, com as redes locais de suas demais unidades administrativas localizadas no estado de Minas Gerais, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens (regiões), conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.2. **PARA OS ITENS 1 E 3:** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte e equiparadas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2. Para fins deste Edital, consideram-se como equiparadas às microempresas e empresas de pequeno porte, os microempreendedores individuais – MEI, conforme art. 18-E, §3º, da Lei Complementar nº 123/2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

2.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar a inabilitação na fase correspondente no momento da habilitação.

2.7. **Não poderão disputar esta licitação:**

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.6. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição, nos termos do Acórdão TCU - Plenário nº 2426/2020;

2.7.7. agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o subitem 2.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A vedação de que trata o subitem 2.7.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.5. **PARA OS ITENS 1 E 3:** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos legais, o que o tornará apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos [arts 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 3.6. A falsidade da declaração de que tratam os subitens 3.3 a 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. **Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo**, quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

- 3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo prestador de serviços durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo mesmo no sistema.
- 3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma dos subitens 3.10 e 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais prestadores de serviços e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valores, unitário, mensal e anual dos serviços, conforme planilhas de formação de preços do Anexo IV do Termo de Referência;
 - 4.1.2. Descrição da prestação dos serviços, contendo as informações de acordo com os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação. Caso a adjudicação não possa ocorrer dentro do período de validade da proposta, por motivo de força maior, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais poderá solicitar a prorrogação geral da validade por, no máximo, igual período.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

4.10. O descumprimento das regras contidas neste título, por parte dos licitantes, poderá ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#), e pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. **DA ABERTURA DA SESSÃO, APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01 (um centavo).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto e fechado"**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco

minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.11. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a **desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro(a) aos participantes**, no sítio Compras.gov.br.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. **PARA OS ITENS 1 E 3:** Encerrada a etapa de lance, será efetivada, de forma automática, junto à Receita Federal, a verificação do porte das entidades empresariais participantes do processo licitatório. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para **desempate**, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a melhor classificada, nos termos do subitem anterior, desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta reformulada assinada**, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, por meio da opção "Enviar/Anexo" do site www.gov.br/compras/pt-br.

5.21.5. A proposta reformulada deverá conter as informações abaixo:

- a. razão social do proponente, número de inscrição no CNPJ, endereço completo, número do telefone, número do celular do representante, e-mail, número da conta bancária, número e nome da agência e do respectivo banco;
- b. especificação do(s) serviço(s) ofertado(s), incluindo todas as suas características;
- c. os prazos exigidos no Termo de Referência;
- d. valor do(s) serviço(s), em algarismos e por extenso, prevalecendo o último em caso de divergência;
- e. prazo de validade da proposta, nos termos do subitem 4.8.

Parágrafo primeiro: A proposta que omitir os prazos mencionados acima não será desclassificada, mas considerada de acordo com os mesmos.

Parágrafo segundo: É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido no subitem 5.21.4, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21.6. O licitante melhor classificado, em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte e equiparadas, deverá encaminhar, juntamente com a proposta reformulada, declaração de observância do limite disposto no § 2º, do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 - PARA OS ITENS 1 E 3.

5.22. O licitante deverá atentar para que, no momento da aceitação da proposta, caso o(s) valor(es) unitário(s) que originou(aram) o preço total proposto contenha(m) mais de duas casas após a vírgula, AS CASAS DECIMAIS EXCEDENTES SERÃO DESCONSIDERADAS PELO(A) PREGOEIRO(A), AINDA QUE SEJA REDUZIDO O PREÇO TOTAL DO ITEM, sendo esta alteração considerada uma negociação.

5.23. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de julgamento da proposta.

5.24. O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

6. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no subitem 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:109279835110804::NO:3,4,6::>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Verificadas as condições de participação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. São indícios de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprovem:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7. **DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. **Habilitação jurídica:**

- a. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);
- e. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- g. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

7.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2. **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Qualificação Econômico-Financeira:

- a. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples;
- b. Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

- c. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais** e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e

III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

- d. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor referente ao período de 12 (doze) meses da contratação.
- e. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nas mesmas condições formais exigidas acima (assinaturas, registro, etc.). Para habilitação, tais empresas deverão comprovar o capital social mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor referente ao período de 12 (doze) meses da contratação.
- f. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- g. O atendimento dos índices econômicos previstos acima poderá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo prestador de serviços.
- h. Caso a empresa esteja cadastrada no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, deverá apresentar a seguinte documentação:

I - Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital;

II - Balanço Patrimonial "Escrituração Contábil Digital - ECD", nos termos do art. 5º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.003/2021;

III - Demonstrativo de Resultado do Exercício;

IV - Termo de Autenticação do Livro Digital.

- i. As microempresas, empresas de pequeno porte, e equiparadas, conforme Acórdão TCU nº 133/2022 - Plenário, estão dispensadas do balanço patrimonial apenas para fins fiscais. Assim, para a presente licitação, é OBRIGATÓRIA a apresentação desta peça, dispensando-se apenas a publicação e a sua transcrição no livro diário.

7.4. No caso da participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.4.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.5. No caso de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.5.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5.2. Os documentos apresentados pelos licitantes poderão, se necessário, ser apresentados por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. **O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.12. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.13. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1. **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a).**

7.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.15. **PARA OS ITENS 1 E 3:** As microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas, havendo alguma restrição em sua comprovação da **regularidade fiscal ou trabalhista**, quando classificada em primeiro, lugar terá prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis, contado da decisão do(a) Pregoeiro(a) que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.16. **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após solicitação do(a) Pregoeiro(a), para:

7.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Parágrafo Único: O(a) pregoeiro(a) poderá, em sede de diligência, solicitar a inclusão de documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante quando apresentou sua proposta e não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha.

7.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.

7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. **DOS RECURSOS**

- 8.1. Qualquer licitante poderá, no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando, findo o prazo, a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- 8.2. A apresentação das razões pela recorrente será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 8.3. A apresentação de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 8.4. Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no §1º, inciso II do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 8.6. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será enviado à autoridade competente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais para adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados. Para tanto, as empresas interessadas deverão entrar em contato com a Seção de licitações - SELIC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, pelos telefones (31) 3307-1288, (31)3307-1925 ou (31) 3307-1130.
- 8.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que:

- 9.1.1. deixar de encaminhar a documentação solicitada pelo Pregoeiro, exigida no instrumento convocatório, no prazo nele fixado;
- 9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
- 9.1.2.1. deixar de encaminhar a proposta reformulada solicitada pelo Pregoeiro, no prazo fixado no instrumento convocatório;
- 9.1.2.2. solicitar a desclassificação da proposta.
- 9.1.3. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou documento equivalente ou, ainda, não entregar a documentação exigida para a contratação no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar da solicitação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa em qualquer etapa do processo de contratação.

9.1.5. fraudar a licitação.

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. multa;

9.2.2. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto.

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.3.6. O custo/benefício da instrução do processo em relação à sanção a ser aplicada.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para a infração prevista no subitem 9.1.1 a multa será de 0,5% a 1% do valor do contrato licitado;

9.4.2. Para a infração prevista no subitem 9.1.2 a multa será de 0,5% a 2,0% do valor do contrato licitado;

9.4.3. Para a infração prevista no subitem 9.1.3 a multa será de 10% do valor do contrato licitado;

9.4.4. Para a infração prevista no subitem 9.1.4 a multa será de 15% do valor do contrato licitado;

9.4.5. Para a infração prevista no subitem 9.1.5 a multa será de 20% do valor do contrato licitado;

- 9.4.6. Para a infração prevista no subitem 9.1.6 a multa será de 20% do valor do contrato licitado;
- 9.4.7. Para a infração prevista no subitem 9.1.7 a multa será de 20% do valor do contrato licitado;
- 9.4.8. Para a infração prevista no subitem 9.1.8 a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do TREMG, caso prevista, nos termos do [§5º do art. 90 da Lei 14.133/2021](#).
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.15. Serão observadas, ainda, as penalidades descritas na Cláusula Doze do Contrato.

9.16. O valor da multa poderá ser descontado dos créditos do licitante ou contratado porventura existentes em razão de quaisquer contratos firmados, ou da garantia depositada, caso prevista, após regular procedimento administrativo, podendo haver a retenção cautelar até o limite do valor da multa abstratamente cominada.

10. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#) ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo fazê-lo exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail: licitar@tre-mg.jus.br, até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimento, bem como as respectivas respostas, serão divulgadas em sítio eletrônico oficial no Portal de Compras do Governo Federal no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

10.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10.5. Os pedidos de esclarecimento ou impugnação encaminhados via e-mail **deverão ter seu recebimento confirmado pelos telefones** (31) 3307-1288, (31)3307-1925 ou (31) 3307-1130.

11. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. A despesa com a presente licitação correrá à conta de créditos orçamentários, na seguinte classificação:

11.1.1. ELEMENTO: 3390.40.13 – Comunicação de Dados e Redes em Geral

11.1.2. U.O.: 14.113

11.1.3. PTRES.: 167711

11.1.4. PROGRAMA DE TRABALHO: 02.122.0033.20GP.0031 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

11.1.5. LEI: 15.121/2025

12. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em qualquer caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.8. Com relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, observar-se-á o disposto na Lei Complementar nº 116, de 31/07/03, e na legislação municipal aplicável.
- 12.9. O resultado da presente licitação será publicado na página do TRE/MG na internet, no seguinte endereço: <http://www.tre-mg.jus.br>.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-1>.
- 12.11. Nos termos do art. 7º, V, da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para fins de execução do objeto licitado, o TRE/MG poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais/preposto(a) da licitante vencedora, inclusive para publicação nos portais de Transparência do TRE-MG, bem como para fins de assinatura eletrônica do instrumento contratual, se for o caso.
- 12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.12.1. ANEXO I - Termo de Referência e seus Anexos (I a IV);
 - 12.12.2. ANEXO II - Minuta de Contrato e seus Anexos (I a III).
- 12.13. Outras informações sobre a presente licitação poderão ser obtidas, de segunda a sexta-feira, das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas, pelo telefone: (31) 3307-1288 ou 3307-1920.

Belo Horizonte, 27 de junho de 2025

RODOLFO FRANCISCO CASTRO PACHECO
Secretário de Gestão Administrativa

ANEXO I DO EDITAL
TERMO DE REFERÊNCIA

OBS: Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema eletrônico e as contidas neste Termo de Referência, prevalecerão estas.

Por incompatibilidade técnica, o Termo de Referência e seus anexos serão disponibilizados em documento apartado do edital e também no seguinte endereço: https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-de-contratos-e-licitacoes/copy_of_aquisicoes-e-contratacoes

ANEXO II DO EDITAL
MINUTA DO CONTRATO

SEI nº 0011943-69.2021.6.13.8000
Contrato nº/..... – TREMG

(a depender o item/região adjudicado/a)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A **UNIÃO**, POR INTERMÉDIO DO **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS** E

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Prudente de Moraes, 100, Cidade Jardim, CNPJ nº 05.940.740/0001-21, a seguir denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Cassiana Lopes Viana, de acordo com a delegação de competência contida no art. 2º, inciso V, da Portaria nº 98/2025 da Presidência deste Tribunal, publicada no DJE de 16/06/2025, e, a, CNPJ nº, com sede em/MG, na, nº, Bairro, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu, vêm ajustar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a **prestação de serviços de Interligação da Rede Local de Comunicação de Dados da CONTRATANTE, com as redes locais de suas demais unidades administrativas localizadas no estado de Minas Gerais**, nos termos dos Anexos deste instrumento.

Parágrafo Primeiro: A solução deverá prover, para cada unidade administrativa: 01 (um) link dedicado baseado na tecnologia MPLS para acesso das unidades administrativas à rede da Justiça Eleitoral.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, e por todo e qualquer dano físico, material ou pessoal causado direta ou indiretamente à CONTRATANTE, seus servidores ou outros, por ocasião da realização dos serviços;
- II. Fornecer todos os insumos físicos e lógicos (hardwares e softwares) necessários à implantação, migração, operação, gerência e manutenção dos enlaces e serviços contratados, incluindo a mão de obra e reposição de peças e equipamentos, conforme especificações deste Instrumento;
- III. Encaminhar mensalmente uma planilha contendo o detalhamento dos *links* de teleprocessamento, no formato XLS, TXT ou CSV, na qual deverá constar o número identificador de cada município;
- IV. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do gestor do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- V. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da solução de TIC pela CONTRATANTE;
- VI. Manter, quando especificada e durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- VII. Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- VIII. Observar os critérios para prestação dos serviços e as demais obrigações dispostas no Anexo deste instrumento;
- IX. Responsabilizar-se por todos os materiais e ferramentas necessários à execução dos serviços, bem como pelo seu pessoal;
- X. Contar com equipe de profissionais especializados, devidamente identificados e habilitados para a prestação dos serviços contratados;
- XI. Indicar o nome do(a) seu/sua preposto(a) que será o contato usual para equacionar os eventuais problemas relativos à prestação dos serviços;

- XII. Fornecer e manter atualizado o endereço postal e eletrônico, bem como o número de telefone, para que a CONTRATANTE mantenha os contatos necessários;
- XIII. Atender às solicitações e determinações da CONTRATANTE, nos prazos estabelecidos neste instrumento, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização dos serviços;
- XIV. Providenciar a regularização de pendências e/ou impropriedades ocorridas na prestação dos serviços, apontadas pelos(as) servidores/servidoras designados(as) para fiscalizar a execução do Contrato, dentro do prazo estipulado pela comunicação escrita da CONTRATANTE;
- XV. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- XVI. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o inciso anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- XVII. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Parágrafo Primeiro: É de responsabilidade da CONTRATADA gerir sua caixa de entrada de mensagens eletrônicas. Eventuais alegações posteriores de defeitos ou entraves técnicos no recebimento e visualização de e-mail não serão aceitas pela CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo: Na impossibilidade de execução de serviço no prazo avençado, caberá à CONTRATADA, antes do seu término, solicitar prorrogação, juntando documentos que comprovem a superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas com o objeto deste Contrato, visando obter os melhores resultados na prestação dos serviços;
- II. Encaminhar formalmente a demanda, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos neste instrumento;
- III. Designar dois servidores/servidoras (titular e suplente) do seu quadro de pessoal, para representá-lo no acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados;
- IV. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- V. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- VI. Liquidar a despesa e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

- VII. Notificar a CONTRATADA, por escrito, por correio ou e-mail, a respeito de quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, estabelecendo, quando for o caso, prazo para a sua regularização;
- VIII. Emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, no prazo de até 01 (um) mês, a contar da data de protocolo do requerimento, admitida a prorrogação, por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, conforme art. 123 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Primeiro: Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos(as) designados(as), podendo para isso registrar, em relatório, as deficiências porventura existentes na prestação dos serviços, encaminhando cópia do mesmo à CONTRATADA, para a correção das irregularidades apontadas no prazo prescrito.

Parágrafo Segundo: A existência de fiscalização, pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre os serviços contratados e pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que vierem ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

Parágrafo Primeiro: É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

Parágrafo Segundo: As partes ficam obrigadas a comunicar uma a outra, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA obriga-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venha ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

O valor total do contrato é de R\$. (.....), considerando os valores discriminados por serviço constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA, que passa a ser parte do presente processo independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEXTA – DA RECOMPOSIÇÃO

Os preços poderão ser atualizados, nos termos do reajuste autorizado pelo órgão governamental competente (ANATEL), podendo, inclusive, haver redução de preço.

Parágrafo Primeiro: Caso haja necessidade de revisão dos valores contratados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato para restabelecer a relação entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE pactuada inicialmente pelas partes, a CONTRATADA deverá comprovar a configuração da álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do art. 124, II, d, da Lei 14.133/21.

Parágrafo Segundo: Para fins do disposto no parágrafo anterior, será devida a revisão dos valores pela CONTRATANTE a partir da data da solicitação formal da CONTRATADA, ressalvada a possibilidade de concessão de efeitos retroativos, desde que demonstrado inequivocamente que o motivo que deu ensejo à ruptura do equilíbrio econômico-financeiro contratual teve origem em data pretérita.

Parágrafo Terceiro: Os eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA deverão ser respondidos pela CONTRATANTE no prazo máximo de 2 (dois) meses, contados da solicitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos mensais pela prestação de serviços iniciarão após a entrega de 100% (cem por cento) dos lotes/regiões adjudicados, a partir da emissão do Aceite Técnico Definitivo, sem retroagir ao início da fase de implantação.

Parágrafo Primeiro: Os pagamentos relacionados à prestação continuada dos serviços serão efetuados mensalmente, em moeda corrente nacional, por meio de ordem bancária, até o 10º (décimo) dia a contar do recebimento da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelos fiscais do contrato, podendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos e em função dos resultados obtidos. A data de corte para fechamento das faturas ocorrerá no último dia de cada mês.

Parágrafo Segundo: Para cada período de faturamento, serão apurados as indisponibilidades e os valores relativos aos descontos conforme o item DOS NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO, DOS DESCONTOS E DAS RETENÇÕES OU GLOSAS (item 5 do Anexo II) e demais estipulações deste instrumento, que serão subtraídos em fatura posterior.

Parágrafo Terceiro: Após cada período de faturamento, a CONTRATANTE emitirá, via o portal de atendimento a que se refere o item REQUISITOS DA GESTÃO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA DO BACKBONE SECUNDÁRIO (Item 1.8 do Anexo II), o Relatório de Disponibilidade previsto no referido item, contendo as informações gerenciais das faturas, de disponibilidade e indisponibilidade dos links, respectivos dados do tempo de indisponibilidade e valores a serem glosados.

Parágrafo Quarto: No curso do mês subsequente ao período de faturamento, a CONTRATANTE realizará a avaliação e a validação do Relatório de Disponibilidade. Após a validação, a CONTRATANTE informará a circunstância à CONTRATADA. Caso haja alguma divergência ou discordância, a CONTRATADA informará a circunstância à CONTRATANTE para que apure o ocorrido. Após validação do Relatório por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá proceder à emissão das respectivas faturas/notas fiscais.

Parágrafo Quinto: O valor do primeiro pagamento mensal será proporcional aos dias de utilização do serviço referente aos lotes/regiões adjudicados, contados do recebimento do Aceite Técnico, considerando o respectivo valor total mensal.

Parágrafo Sexto: A CONTRATADA deverá apresentar as faturas e notas fiscais, discriminando os serviços prestados, o período de apuração, a designação dos links, os respectivos descontos e as multas, em até 5 (cinco) dias úteis após a validação, por parte da CONTRATANTE, do respectivo Relatório de Descontos.

Parágrafo Sétimo: Qualquer indisponibilidade ou valor eventualmente não registrada(o) no Relatório de Disponibilidade ou em fatura/nota do respectivo período de faturamento será consignada(o) ou ajustada(o) em Relatório e nota fiscal/fatura de período posterior.

Parágrafo Oitavo: Em relação ao pagamento da implantação da Rede, decorrido o período de 30 (trinta) dias da Etapa de Ativação e não restando pendências em nenhuma localidade, a SEMOS emitirá, em até 5 (cinco) dias corridos, o Aceite Técnico da Implantação para liberação do pagamento mensal referente ao novo contrato.

Parágrafo Nono: Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá entregar 100% (cem por cento) dos serviços e enlaces configurados e ativados. Não haverá pagamento por entrega parcial. A liberação do pagamento estará vinculada à emissão do Aceite

Técnico da Implantação, observando o disposto no item REQUISITOS DA INSTALAÇÃO NAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS (Item 3.2 do Anexo II).

Parágrafo Dez: A critério único e exclusivo da CONTRATANTE, poderá ocorrer a antecipação do pagamento da implantação da rede nos termos do item ANTECIPAÇÃO DO ACEITE TÉCNICO DA IMPLANTAÇÃO (Item 3.2.9 do Anexo II).

Parágrafo Onze: Havendo controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a CONTRATADA será comunicada para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa, conforme art. 143 da Lei nº 14.133/21, para efeito de liquidação e pagamento daquela parcela nos prazos previstos nesta Cláusula.

Parágrafo Doze: Será observada, para efeito de pagamento, em qualquer caso, a ordem cronológica estabelecida no art. 141, incisos I a IV da Lei nº 14.133/21, podendo ser alterada, excepcionalmente, mediante justificativa, nos casos do parágrafo primeiro, incisos I ao V, daquele dispositivo legal.

Parágrafo Treze: Em razão do recesso forense no âmbito desta Justiça Eleitoral, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei 5.010/66, o prazo para pagamento dos serviços prestados em dezembro será contado a partir de 07 (sete) de janeiro ou do primeiro dia útil subsequente, caso a referida data não seja dia útil.

Parágrafo Quatorze: Caso a CONTRATADA seja optante pelo SIMPLES NACIONAL deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a declaração prevista no art. 6º da Instrução Normativa n.º 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, com as alterações posteriores, nos termos do Anexo IV do mesmo instrumento, assinada por seu(s) representante(s) legal (legais), em duas vias.

Parágrafo Quinze: Caso a CONTRATADA não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, com as alterações posteriores.

Parágrafo Dezesseis: Somente serão aceitas Notas Fiscais/Faturas corretamente preenchidas e sem rasuras.

Parágrafo Dezesete: Considerar-se-á como a data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária a favor da CONTRATADA.

Parágrafo Dezoito: Com relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, observar-se-á o disposto na Lei Complementar n.º 116/03, e na legislação municipal aplicável.

Parágrafo Dezenove: O CNPJ constante da Nota Fiscal/Fatura deverá ser o mesmo indicado na Proposta apresentada pela CONTRATADA e da Nota de Empenho emitida pela CONTRATANTE, sob pena de não ser efetuado o pagamento, salvo em caso de matriz e filial.

Parágrafo Vinte: O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

Parágrafo Vinte e Um: Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato é de 60 (sessenta) meses, iniciando-se em ____ (____) de _____ de ____ (____) e encerrando-se em ____ (____) de _____ de ____ (____), podendo ser prorrogado de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Único: Ocorrendo a prorrogação, esta se fará por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste instrumento, no corrente exercício, correrão à conta de dotação orçamentária na seguinte classificação:

.....

Parágrafo Primeiro: As despesas de 2025 a 2029 correrão à conta da dotação orçamentária definida em lei específica para aqueles exercícios.

Parágrafo Segundo: Serão emitidas Notas de Empenho para atender às despesas deste instrumento.

CLÁUSULA DEZ - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Contrato é celebrado com base na licitação realizada na modalidade “Pregão Eletrônico nº, homologado pela Diretoria Geral da CONTRATANTE, nos autos do Processo nº 0011943-69.2021.6.13.8000, sujeitando-se os contratantes às normas da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Único: Integram o presente Contrato a proposta da CONTRATADA, o Termo de Referência e todos os atos e termos referentes ao processo respectivo.

CLÁUSULA ONZE - DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas, no prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA DOZE - DAS PENALIDADES

O descumprimento das cláusulas deste Contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021, observado o disposto nesta Cláusula.

Parágrafo Primeiro: O atraso injustificado da entrega final dos serviços contratados, conforme o prazo estabelecido no item 3.3 do Anexo II - PRAZOS FINAIS DOS EVENTOS IMPORTANTES, sujeitará a CONTRATADA à multa de 1% (um por cento) do valor contratual.

Parágrafo Segundo: O inadimplemento do objeto do contrato acarretará à CONTRATADA multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor anual do contrato, em caso de inadimplência total e 10% (dez por cento) sobre o valor inadimplido, em caso de inadimplemento parcial, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo Terceiro: Se o valor da multa compensatória for comprovadamente menor do que o prejuízo sofrido com o inadimplemento, poderá ser exigida indenização suplementar.

Parágrafo Quarto: Configurada infração injustificada a qualquer outra obrigação prevista neste instrumento, fica a CONTRATADA sujeita à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo Quinto: Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Parágrafo Sexto: Quando inviáveis ou insuficientes as compensações previstas no Parágrafo anterior, a CONTRATADA será intimada a recolher o valor restante ou integral da multa apurada, no prazo de 30(trinta) dias corridos, a contar da intimação, sob pena de cobrança judicial, nos termos do art. 156, §8º, da Lei 14.133/2021.

Parágrafo Sétimo: O não pagamento da multa poderá ensejar a aplicação de penalidade mais gravosa à CONTRATADA.

Parágrafo Oitavo: A aplicação de penalidades depende de procedimento administrativo, garantindo-se à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Nono: As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Parágrafo Dez: A desídia na regularização dos serviços poderá ensejar, a critério da CONTRATANTE, a extinção do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo Onze: Além das penalidades previstas nesta Cláusula, na hipótese de violação dos indicadores de qualidade de serviços, serão aplicados descontos em fatura, conforme Anexo II, item 5, e Anexo III deste instrumento.

CLÁUSULA TREZE - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, assegurará à CONTRATANTE o direito de instaurar procedimento administrativo com vistas à extinção do Contrato, numa das formas previstas no art. 138 e com as consequências do art. 139 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- I. Todas as despesas com pessoal necessário à execução dos serviços, inclusive de natureza trabalhista e previdenciária, são de responsabilidade da CONTRATADA;
- II. Conforme dispõem a Constituição Federal em seu art. 195, §3º, e a Lei nº. 9.012/95 no art. 2º, que exigem a inexistência de débito relativo às contribuições sociais para que se contrate com o Poder Público, a CONTRATADA comprovará a sua regularidade, mediante apresentação da **Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados (nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751, de 02 de outubro de 2014), e do **Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS**, bem como das outras certidões apresentadas na licitação, em original ou cópia autenticada, quando não for possível confirmar a autenticidade das mesmas nos sítios oficiais dos respectivos órgãos na internet, como condição necessária para esta contratação, mantendo essa documentação sempre atualizada na vigência do presente instrumento;
- III. A prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho deverá, igualmente, ser comprovada mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos da Lei n.º 12.440/2011, que inseriu o Título VII-A na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- IV. A CONTRATANTE não aceitará pedidos de reembolso de serviços e/ou materiais adicionais, por parte da CONTRATADA, que não tenham sido contemplados na proposta orçamentária apresentada e que ultrapassem o valor fixado neste contrato;
- V. É vedada a subcontratação total ou parcial da prestação dos serviços, não obstante, será permitida a utilização da última milha de propriedade de outras operadoras em consonância com o que dispõe o artigo 42, da Resolução ANATEL nº 614/2013, e art. 41, da Resolução ANATEL 590/2012. Caso a Contratada utilize recursos integrantes da rede de outra Prestadora de Serviço de Telecomunicação para a constituição de sua própria rede, na última milha, os recursos serão considerados parte integrante da rede da Prestadora Contratada, conforme estabelecido nos citados normativos, não configurando, portanto, a subcontratação.
- VI. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus sócios, ainda que sem função gerencial, servidor/servidora, cônjuges, companheiros/companheiras ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes/juízas vinculados(as) ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, em observância à Resolução CNJ nº 7/2005;

- VII. É vedada a contratação, durante a vigência do contrato, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, **de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato**, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- VIII. Não haverá exigência de garantia contratual da execução na presente contratação;
- IX. O modelo de Gestão deste contrato encontra-se no Termo de Referência, parte integrante deste contrato;
- X. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos;
- XI. Todas as ordens de serviço, notificações e entendimentos entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA serão feitos por escrito, nas ocasiões próprias, não sendo aceitos quaisquer entendimentos verbais;
- XII. A CONTRATADA se obriga a utilizar de forma privativa e confidencial os documentos fornecidos pela CONTRATANTE para execução do serviço;
- XIII. Nos termos do art. 2º, V, parágrafo único, da Resolução nº 1236/2022-TREMG, a CONTRATADA deverá instruir seus profissionais acerca da ciência e responsabilidade em relação ao código de ética instituído.
- XIV. Todas as alterações no ato constitutivo da empresa CONTRATADA deverão ser imediatamente comunicadas à CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINZE - DO FORO

Por força do disposto no art. 109, inciso I, da Constituição Federal e no art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21, o foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o competente para dirimir questões resultantes do presente instrumento.

E, por estarem assim ajustadas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento de forma eletrônica, perante duas testemunhas.

Belo Horizonte, ____ de _____ de ____.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
Cassiana Lopes Viana
Diretora-Geral

EMPRESA

.....
Representante Legal

ANEXO I DO CONTRATO
PLANILHAS DE DIMENSIONAMENTO DOS LINKS

(a depender o item/região adjudicado/a)

ATENÇÃO:

Para cada perfil deverá ser considerado o fornecimento completo do ponto de acesso, incluindo hardware, software, gerência e serviços contratados.

LOTE 1

CONSOLIDAÇÃO DE PERFIS

LOTE 1			
CONSOLIDAÇÃO DE PERFIS			
PERFIL	TIPO DO ACESSO	VELOCIDADE	QUANTIDADE
P20	REMOTO	MPLS 20 Mbps	52
P40	REMOTO	MPLS 40 Mbps	6
P60	REMOTO	MPLS 60 Mbps	7
P80	REMOTO	MPLS 80 Mbps	5
P100	REMOTO	MPLS 100 Mbps	4
PC1200	CONCENTRADOR MPLS	MPLS 1,2 Gbps	2

ENDEREÇOS - PONTOS DE INSTALAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS			
CONCENTRADORES			
Unidade	Município	Endereço	CEP
Anexo I	Belo Horizonte	AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320	30380000
TRT-MG - 3ª Região	Belo Horizonte	RUA MATO GROSSO, 400	30190081
UNIDADES SEDE / ZONAS ELEITORAIS			
Unidade	Município	Endereço	CEP
Anexo I Lab	Belo Horizonte	AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320	30380000
Edifício Acaiaca	Belo Horizonte	AV. AFONSO PENA, 867 - 20º ANDAR	30865330
Centro de Apoio	Belo Horizonte	BR-040 - KM 2,5 - RUA FLOR DE TRIGO Nº 20/24	30865330
ZE 008	Alfenas	AVENIDA AFONSO PENA, 448 - CENTRO	37130183
ZE 009	Almenara	RUA CAPITÃO MARCELINO, 434 - CENTRO	39900000
ZE 016	Araguari	RUA DR. AFRÂNIO / N. 124 - CENTRO	38440072
ZE 017	Araxá	AVENIDA JOÃO PAULO II, N 1770 - GUILHERMINA VIEIRA CHAER	38184122
ZE 018	Arcos	RUA VEREADOR JOÃO VELOSO, 115 - CENTRO	35588000
ZE 023 CA023	Barbacena	AVENIDA DOUTOR JAYME DO RÊGO MACEDO, 41 - 1 ANDAR - CENTRO	36200032
ZE 024	Barbacena	AVENIDA DR JAIME DO REGO MACEDO, 41 - 2 ANDAR - CENTRO	36200032
ZE 025	Barbacena	AV. DR. JAIME DO REGO MACEDO, 41/ 3 ANDAR - CENTRO	36200032
ZE 036 333 CA036 CA333	Belo Horizonte - Barreiro	RUA ALCINDO VIEIRA, 67 - BARREIRO DE BAIXO	30640100
ZE 038 334	Belo Horizonte - Venda Nova	RUA PADRE PEDRO PINTO, 4946 - 2 ANDAR - MANTIQUEIRA (VENDA NOVA)	31660000
ZE 316 319 CA316	Betim	RUA SANTA CRUZ, 402 LOJA 12 - CENTRO	32600240
ZE 065	Campos Gerais	PRACA JOSINO DE BRITO, 262 - CENTRO	37160000
ZE 071 072 CA071	Caratinga	AV. PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 135 - CENTRO	35300102
ZE 085	Congonhas	RUA JOSÉ JÚLIO DA SILVA, 19 - MATRIZ - CENTRO	36410118
ZE 087 088 CA087	Conselheiro Lafaiete	RUA NARCISO JÚNIOR, 343 - CAMPO ALEGRE	36400114
ZE 090 091 093 313 CA002	Contagem	AVENIDA JOÃO DE DEUS COSTA, 205 A - 1 ANDAR - CENTRO	32040652
ZE 097	Coronel Fabriciano	RUA PEDRO NOLASCO, 506 - CENTRO	35170300
ZE 098	Timoteo	RUA MARIA APARECIDA MARTINS PRADO, 8 - VILA DOS TÉCNICOS	35180056
ZE 102 103 CA102	Divinópolis	RUA PERNAMBUCO, 299 - CENTRO	35500008
ZE 112	Extrema	RUA OLEGÁRIO MACIEL, 5 - CENTRO	37640000
ZE 114	Formiga	RUA JOSÉ PREMILO MONTOLLI, 64 - CENTRO - CENTRO	35570168
ZE 118 119 318 CA118	Governador Valadares	AVENIDA MINAS GERAIS, 972/976 - CENTRO	35010151

ZE 125	Guaxupe	AVENIDA CONDE RIBEIRO DO VALE, 1130 - CENTRO	37800000
ZE 130 131 348 CA130	Ipatinga	AV. ZITA SOARES DE OLIVEIRA, 134 - CENTRO	35160007
ZE 132	Itabira	AV. DUQUE DE CAXIAS, 44 - ESPLANADA DA ESTAÇÃO	35900491
ZE 133	Itabirito	RUA CORONEL AFONSO DE MOURA CASTRO, 135 - BELA VISTA	35450130
ZE 134	Itajuba	RUA ANTONIO SIMAO MAUAD, 137 - CENTRO	37500180
ZE 140	Itauna	RUA MANOEL GONÇALVES, 44. - CENTRO	35680055
ZE 150	Joao Monlevade	RUA FLORIANÓPOLIS, 181 - CARNEIRINHOS	35930018
ZE 152 153 315 349 CA153	Juiz de Fora	RUA SANTO ANTÔNIO, 711 - CENTRO	36015001
ZE 157	Lagoa Santa	AVENIDA PREFEITO JOÃO DAHER, 932 - LUNDCEIA	33239050
ZE 160	Lavras	AV ERNESTO MATIOLLI, 1171 - JARDIM BELA VISTA	37205231
ZE 161	Leopoldina	RUA PADRE JÚLIO, 45 - CENTRO	36700124
ZE 164	Machado	RUA SILVIANO BRANDÃO, 256 - CENTRO	37750000
ZE 171	Mariana	AVENIDA MANOEL LEANDRO CORREA, 415 - BARRO PRETO	35424179
ZE 172	Mateus Leme	RUA MIGUEL ALVES DINIZ, 406, LOJA 01 - CENTRO - MATEUS LEME	35670000
ZE 174	Matozinhos	AVENIDA BENTO GONÇALVES, 260, CENTRO, MATOZINHOS-MG - CENTRO	35720000
ZE 184 CA185	Montes Claros	RUA JOÃO SOUTO, 764 - CENTRO	39400081
ZE 185 317 CA184	Montes Claros	RUA JOÃO SOUTO, 670 - CENTRO	39400081
ZE 187	Muriae	AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, 631 - CENTRO	36880026
ZE 189	Muzambinho	RUA APARECIDA, 130 - CENTRO	37890000
ZE 194	Nova Lima	AVENIDA RIO BRANCO, 34 - CENTRO	34000132
ZE 200	Ouro Preto	PRAÇA REINALDO ALVES DE BRITO, 38 - CENTRO	35400000
ZE 209	Passos	AV. ARLINDO FIGUEIREDO, N. 850, SALA 112 - JARDIM CONTINENTAL	37902026
ZE 211	Patrocínio	AVENIDA JOÃO ALVES DO NASCIMENTO, 1508 - SALA 201 - CENTRO	38740072
ZE 215	Pedro Leopoldo	RUA CORONEL CÂNDIDO VIANA, 220 - CENTRO	33600000
ZE 218	Pirapora	AV. MASCARENHAS, 40 - CENTRO	39270054
ZE 222 350 CA222	Poços de Caldas	RUA SÃO PAULO, 653 - CENTRO	37701012
ZE 224 225 CA224 CA225	Ponte Nova	AV. FRANCISCO VIEIRA MARTINS, 400 - PALMEIRAS	35430225
ZE 227	Pouso Alegre	AV. PREFEITO OLAVO GOMES DE OLIVEIRA, 2.910 - RESIDENCIAL SANTA RITA	37558700
ZE 241	Sabara	RUA DOM PEDRO II, 218 - CENTRO	34505000
ZE 246 CA246	Santa Luzia	AV. RAUL TEIXEIRA DA COSTA SOBRINHO, 270 - LJ 03 - CAMELOS	33010360
ZE 248	Santa Rita do Sapucaí	AV. SINHÁ MOREIRA, 270 - CENTRO	37540000
ZE 259	Sao Lourenco	RUA DR. RIBEIRO DA LUZ, 707 - CENTRO - CENTRO	37470000
ZE 260	Sao Sebastiao do Paraíso	AV. DR. DELFIM MOREIRA, 1146 - CENTRO	37950000
ZE 263 264 322 CA263	Sete Lagoas	AV. RAQUEL TEIXEIRA VIANA, 648 - CANAAN	35700293

ZE 269 CA269	Teofilo Otoni	AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 949 - 1. ANDAR - CENTRO	39800015
ZE 270	Teofilo Otoni	AV. GETÚLIO VARGAS, 949 - CENTRO	39800015
ZE 272	Tres Coracoes	RUA PEDRO BONESIO, 371 - CENTRO	37410113
ZE 273	Tres Pontas	RUA SANTANA, N. 04 - CENTRO	37190000
ZE 281	Varginha	AVENIDA CORONEL JOSÉ ALVES, 170 - VILA PINTO	37010540
ZE 282	Vicosa	RUA GOMES BARBOSA, 865 - SALA 210 - FÓRUM DO TJ MG - CENTRO	36570000
ZE 286	Ribeirao das Neves	RUA SÃO CRISTÓVÃO, 147 - TÂNIA	33805270
ZE 288 351 CA288	Ibirite	RUA DEOLINDO FERREIRA DINIZ, 68, CENTRAL PARK - CENTRAL PARK	32400000
ZE 309	Tres Marias	AV. GETÚLIO VARGAS, 155 - PARQUE DIADORIM	39205000
ZE 311	Vespasiano	RUA JOÃO BARBOSA DA FONSECA, 58 - CENTRO	33200348
ZE 312 CA312	Santa Luzia	AVENIDA BRASILIA, 1095 - SÃO BENEDITO	33120510
ZE 321	Ribeirao das Neves	RUA MARIO ALEXANDRINO DA ROCHA , 71 - SAO JANUARIO (JUSTINOPOLIS)	33900450
ZE 328	Sao Joao del Rei	AVENIDA LEITE DE CASTRO, 507 - FABRICAS	36301182
ZE 345	Santa Rita de Caldas	R. MAJOR BONIFÁCIO, 169 - CENTRO	37775000
CA920	Belo Horizonte	RUA PADRE PEDRO PINTO, 5020 - MANTIQUEIRA - BH	31660000

LOTE 2

CONSOLIDAÇÃO DE PERFIS

LOTE 2			
CONSOLIDAÇÃO DE PERFIS			
PERFIL	TIPO DO ACESSO	VELOCIDADE	QUANTIDADE
P20	REMOTO	MPLS 20 Mbps	154
PC1500	CONCENTRADOR MPLS	MPLS 1,5 Gbps	2

ENDEREÇOS - PONTOS DE INSTALAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS			
CONCENTRADORES			
Unidade	Município	Endereço	CEP
Anexo I	Belo Horizonte	AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320	30380000
TRT-MG - 3ª Região	Belo Horizonte	RUA MATO GROSSO, 400	30190081

UNIDADES SEDE / ZONAS ELEITORAIS			
Unidade	Município	Endereço	CEP
Anexo I Lab	Belo Horizonte	AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320	30380000
ZE 002	Abre Campo	AVENIDA GERALDO BRANDÃO FERNANDES, 50 - BAIRRO CONQUISTA - CENTRO	35365000
ZE 003	Acucena	RUA GETÚLIO VARGAS, 53. - CENTRO	35147000
ZE 004	Aguas Formosas	AVENIDA BIAS FORTES, 06 A - CENTRO	39880000
ZE 005	Aimores	AV. RAUL SOARES, 456 - CENTRO	35200000
ZE 006	Aiuruoca	RUA CORONEL OSWALD, 204 - CENTRO	37450000
ZE 007	Alem Paraiba	RUA ARISTÓTELES LOBO, N 75 - SAO JOSE	36660000
ZE 010	Alpinopolis	PRACA JOSE CARVALHO FARIA, 144 - ROSÁRIO	37940000
ZE 011	Alto Rio Doce	PCA. DR. MIGUEL BATISTA VIEIRA, S/N - CENTRO	36260000
ZE 012	Alvinopolis	AVENIDA PADRE JOSÉ MARCIANO, 288 - SALA 04 - CENTRO	35950000
ZE 014	Andrelandia	PRAÇA MANOEL TEODORO, 41 - ROSÁRIO	37300000
ZE 015	Aracuai	RUA MONTES CLAROS, 268 - SANTA TEREZA	39600000
ZE 019	Areado	RUA JOÃO DUARTE, 106 - CENTRO	37140000
ZE 021	Bambui	AVENIDA ARMANDO FRANCO, 186 - SALAS/36, 38 E 40 - CENTRO	38900000
ZE 022	Barao de Cocais	RUA PADRE CRUZ, ESQUINA COM RUA WALDIR SOEIRO HENRICH, N. 169 - VIÚVA	35970000
ZE 042	Bicas	RUA CORONEL SOUZA, 111/SALA 04 - CENTRO	36600028
ZE 043	Boa Esperanca	PRAÇA CORONEL NEVES, 491/493 - CENTRO	37170000
ZE 044	Bocaiuva	RUA CELESTINO JOSÉ , 67 - CENTRO	39390000
ZE 046	Bom Sucesso	RUA ANTÔNIO CARLOS DE CARVALHO, 72 - SÃO JOSÉ	37220000
ZE 047	Bonfim	PRAÇA JOSÉ DE FREITAS MARQUES, 145 - CENTRO	35480000
ZE 050	Brasilia de Minas	AV. RUI BARBOSA, 356 - CENTRO	39330000
ZE 051	Brazopolis	RUA GERALDO FELIX DA MOTA, 48 - AVENIDA	37530000
ZE 052	Brumadinho	RUA ARISTIDES PASSOS, N. 167 - LOJA 2 - CENTRO	32480036
ZE 054	Buenopolis	PRAÇA TOVAL DA COSTA SAMPAIO, 71 - CENTRO	39230000
ZE 055	Cabo Verde	PRAÇA MOZART XAVIER LOPES, 91 - CENTRO	37720000
ZE 056	Caete	AV. JAIR DANTAS, 216 - JOSE BRANDAO	34800000
ZE 058	Camanducaia	PRAÇA CORONEL ORESTES NÓBREGA, 11 - CENTRO	37650000
ZE 059	Cambui	RUA DAVID BUENO, 48 - JARDIM SÃO BENEDITO	37600000
ZE 061	Campanha	RUA VITAL BRASIL, 2 - CENTRO	37400000
ZE 063	Jaiba	RUA AMANDIO JOSÉ DE CARVALHO, 47 - CENTRO COMUNITARIO	39508000

ZE 064	Campo Belo	RUA QUINTINO BOCAIUVA, 63 - CENTRO	37270000
ZE 067	Capelinha	RUA GOVERNADOR VALADARES, N.251, 2 ANDAR - CENTRO	39680000
ZE 068	Carandai	RUA PROFESSOR LUDGERO BAÊTA NEVES, 104 - GARÇAS II	36286115
ZE 069	Carangola	RUA CAPARAÓ, 154 - CENTRO	36800000
ZE 070	Divino	RUA DR. NELSON MEIRELES, 177 - CENTRO	36820000
ZE 073	Carlos Chagas	PRAÇA GETULIO VARGAS, 68 - CENTRO	39864000
ZE 077	Carmo do Rio Claro	RUA CAPITÃO JOÃO EVARISTO - 259 - JARDIM AMÉRICA	37150000
ZE 078	Cassia	RUA BELO HORIZONTE,75 - CENTRO	37980000
ZE 079	Cataguases	RUA DOUTOR LOBO FILHO, 155 - CENTRO	36770006
ZE 080	Caxambu	RUA CONSELHEIRO MAYRINK, 381 - LOJA B - CENTRO	37440000
ZE 083	Conceicao do Mato Dentro	RUA FARMACÊUTICO ORLANDO GUERRA, 96 - BANDEIRINHA	35860000
ZE 089	Conselheiro Pena	RUA MANOEL SOBREIRO, 22 - ESTACAO VELHA	35240000
ZE 094	Coracao de Jesus	RUA FRANCISCO ANTUNES FERREIRA,1260 - CENTRO	39340000
ZE 095	Corinto	RUA CELESTINA ANDRADE - 90 - CENTRO - CENTRO	39200000
ZE 099	Cristina	PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 15 - CENTRO	37476000
ZE 100	Curvelo	RUA XAVIER ROLIM, 100 - CENTRO	35790117
ZE 101	Diamantina	RUA MACAU DE BAIXO, 310 - CENTRO	39100000
ZE 104	Dores do Indaia	RUA RIO DE JANEIRO, 97 - CENTRO	35610000
ZE 106	Entre Rios de Minas	RUA ESPERIDIÃO RIBEIRO, 87 - JARDIM PRIMAVERA	35490000
ZE 107	Eralvia	RUA CAPITÃO AMÉRICO TAVEIRA, 189, LOJA 01 - CENTRO	36555000
ZE 108	Esmeraldas	RUA QUINTILIANO JOSÉ DA SILVA, 55 - CENTRO	32800148
ZE 109	Espinosa	AVENIDA DR. JOSÉ CANGUSSU, 148 - CENTRO	39510000
ZE 110	Estrela do Sul	RUA JOSÉ MARTINS VIEIRA, 39 - BAIRRO BARRO BRANCO	38525000
ZE 111	Eugenopolis	PRAÇA JOÃO XXIII, 99 - CENTRO - CENTRO	36855000
ZE 113	Ferros	RUA ARTHUR COUTO, 158 - PADRE ALBERTO	35800000
ZE 115	Francisco Sa	RUA JOÃO CATULINO DE ANDRADE, 106 - CENTRO	39580000
ZE 117	Galileia	AV. OITO DE DEZEMBRO, 965 - CENTRO	35250000
ZE 120	Grao Mogol	RUA SARGENTO COELHO, N. 145 - CENTRO	39570000
ZE 121	Guanhaes	AVENIDA ALBERTO CALDEIRA, 20 F - CENTRO	39740000
ZE 122	Guape	RUA DONA LEOPOLDINA MAIA, 464 - CENTRO	37177000
ZE 128	Inhapim	RUA CORONEL ANTONIO FERNANDES,92 - CENTRO	35330000
ZE 129	Ipanema	RUA FELIPE DOS SANTOS, 252 - CENTRO	36950000
ZE 135	Itamarandiba	RUA LEVI MOREIRA ROCHA, 6-B - CENTRO	39670000
ZE 136	Itambacuri	RUA BELO HORIZONTE, 37 - CENTRO	39830000

ZE 137	Itanhandu	AV. PROFESSOR BRITO, 365 - CENTRO	37464000
ZE 138	Itanhomi	PRAÇA DA MATRIZ, 89, CENTRO, ITANHOMI/MG - CENTRO	35120000
ZE 143	Jaboticatubas	RUA BENEDITO QUINTINO, 240, CONJ 01 - CENTRO	35830000
ZE 144	Jacinto	RUA PREFEITO ANTÔNIO QUARESMA, 583 - CENTRO	39930000
ZE 147	Janauba	RUA AMÉRICO SOARES, 751 - CENTRO	39442002
ZE 148	Januaria	TRAVESSA SÃO VICENTE DE PAULO, 50 - CENTRO	39480000
ZE 149	Jequitinhonha	ALAMEDA BORUN KUEK, 10 - CENTRO	39960000
ZE 156	Lagoa da Prata	AV. GETULIO VARGAS, 526-B - CENTRO	35590032
ZE 158	Lajinha	RUA DR. SIDNEY HUBNER FRANÇA CAMARGO, 127 - CENTRO	36980000
ZE 159	Lambari	RUA JOSÉ HORTON DE MORAES, 335 - CERÂMICA	37480000
ZE 162	Lima Duarte	PRACA JUSCELINO KUBITSCHEK, N. 124, - CENTRO	36140000
ZE 165	Malacacheta	RUA NICOLAS MAZZINGHY, 10A E 10B - CENTRO	39690000
ZE 166	Manga	RUA OLEGÁRIO MACIEL, 1375 - CENTRO	39460000
ZE 167	Manhuacu	RUA DONA TINA, 212 - BOM PASTOR	36902254
ZE 168	Manhumirim	AV. JK, N 454 - CIDADE JARDIM	36970000
ZE 169	Mantena	RUA CABO LEONCIO - 102 - CENTRO	35290000
ZE 170	Mar de Espanha	RUA ESTÊVÃO PINTO, N 56 - CENTRO	36640000
ZE 173	Matias Barbosa	RUA GOVERNADOR VALADARES, 730 / 02 - CENTRO	36120000
ZE 175	Medina	RUA FRANCISCO FIGUEIREDO, 250 - TÉRREO - SALA 11 - CENTRO	39620000
ZE 176	Mesquita	PRAÇA BENEDITO VALADARES, 200 - CENTRO	35116000
ZE 177	Minas Novas	RUA SANTANA, N. 219 - BAIRRO CENTRO	39650000
ZE 180	Monte Azul	ALAMEDA ANTONIO DE OLIVEIRA NETO, 350 - ESPLANADA	39500000
ZE 183	Monte Siao	AVENIDA ÁGUAS DE LINDÓIA, 521, - JARDIM NOVO HORIZONTE	37580000
ZE 188	Mutum	RUA ARTUR LOBATO, 118 - CENTRO - CENTRO	36955000
ZE 190	Nanuque	RUA JURANDIR ALVES CORREIA, 38, CENTRO - CENTRO	39860000
ZE 192	Nepomuceno	AVENIDA MONSENHOR LUIZ DE GONZAGA, 432/434 - CENTRO	37250000
ZE 193	Nova Era	RUA LEVINDO PEREIRA, 100 - CASTELO	35920000
ZE 195	Nova Resende	PRAÇA CAPITÃO JOAQUIM ANACLETO, 206 - CENTRO	37860000
ZE 196	Novo Cruzeiro	AV. JÚLIO CAMPOS, 562, SALA 02 A, (CONDOMÍNIO VITAL BRASIL), CENTRO - CENTRO	39820000
ZE 199	Ouro Fino	AV. BARÃO DO RIO BRANCO, 168 - CENTRO	37570000
ZE 201	Palma	PRAÇA GETÚLIO VARGAS, 52 - CENTRO	36750000
ZE 205	Paraisopolis	RUA BUENO DE PAIVA, 250 - CENTRO	37660000
ZE 206	Paraopeba	ALAMEDA DAS BOUGANVILHAS, 77-A - JARDIM CLARA NUNES	35774000
ZE 208	Passa Tempo	PRAÇA FRANCISCO SALES, 26 - CENTRO	35537000

ZE 212	Pecanha	RUA PEDRO VIEIRA BRAGA, 51, LOJA 03 E 04 - CENTRO	39700000
ZE 213	Pedra Azul	RUA JOÃO MENDES FIGUEIREDO, N. 20 - CENTRO	39970000
ZE 216	Perdoes	RUA GOVERNADOR VALADARES, 228, LOJA 01 - CENTRO	37260000
ZE 217	Piranga	R. SANTA EFIGÊNIA, 272 - CENTRO	36480000
ZE 220	Piumhi	RUA RAMIRO JÚLIO FERREIRA, 237 - CENTRO	37925000
ZE 223	Pompeu	RUA FELIX DIAS, 131 - CENTRO	35640000
ZE 226	Porteirinha	PRAÇA RAIMUNDO BOAVENTURA COSTA, 25 - VILA KENNEDY	39520000
ZE 228	Prados	RUA DAS ACÁCIAS, 16 - BUGANVILIAS	36320000
ZE 231	Raul Soares	RUA BELCHIOR, 260 - CENTRO	35350000
ZE 232	Resende Costa	RUA DR. ABEILARD, 106 - CENTRO - CENTRO	36340000
ZE 233	Resplendor	RUA MORAES DE CARVALHO, 474 - CENTRO	35230000
ZE 234	Rio Casca	RUA IMACULADA CONCEIÇÃO, 150 - CENTRO	35370000
ZE 235	Rio Novo	RUA DR. BASILIO FURTADO, 70 - SALAS 12/13/14 - CENTRO - CENTRO	36150000
ZE 237	Rio Pardo de Minas	PRAÇA DOUTOR BENEDITO VALADARES, 220 - CENTRO	39530000
ZE 239	Rio Pomba	RUA GERARDO MARINI, 09 - CENTRO	36180000
ZE 240	Rio Preto	RUA DOUTOR RAMALHO PINTO, 60 - CENTRO	36130000
ZE 242	Sabinópolis	RUA MAJOR JOSÉ CÂNDIDO DE PINHO, 36 - CENTRO	39750000
ZE 243	Sacramento	RUA SILVA JARDIM, N 04 - CENTRO	38190000
ZE 244	Salinas	RUA JOÃO RIBEIRO, 01 - CENTRO	39560000
ZE 245	Santa Barbara	RUA FRANCISCO ARCANJO DE SOUZA MELO, S/N - CENTRO	35960000
ZE 247	Santa Maria do Suacui	RUA JOSÉ NOGUEIRA, N. 59 - TEXAS	39780000
ZE 249	Santo Antonio do Monte	PRAÇA BENEDITO VALADARES 64 - CENTRO - CENTRO	35560000
ZE 250	Santos Dumont	AVENIDA RUI BARBOSA, 422 - LJ 01 - CENTRO	36240108
ZE 251	Sao Domingos do Prata	RUA GETÚLIO VARGAS, 165 - CENTRO	35995000
ZE 252	Sao Francisco	AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO, 640, CENTRO	39300000
ZE 253	Sao Goncalo do Sapucaí	R. JOÃO JUNQUEIRA MEIRELES, 84 - CENTRO	37490000
ZE 255	Sao Joao da Ponte	RUA 31 DE DEZEMBRO, 308 - CENTRO - CENTRO	39430000
ZE 257	Sao Joao Evangelista	RUA DR. NELSON DE SENA, 331 - SALA 10 - ED.CORÁLIA - CENTRO	39705000
ZE 258	Sao Joao Nepomuceno	PRAÇA DR. AUGUSTO GLÓRIA, N. 327, SALAS 312/313 - CENTRO	36680039
ZE 261	Senador Firmino	RUA MANOEL DE OLIVEIRA FERNANDES, 20 - CENTRO	36540000
ZE 262	Serro	PRAÇA FLORIANO PEIXOTO, 66, SERRO - CENTRO	39150000
ZE 266	Taiobeiras	RUA DOS PEREIRAS, 365 - CENTRO	39550000
ZE 267	Tarumirim	AVENIDA CUNHA, 11 - CENTRO	35140000
ZE 268	Teixeiras	PRAÇA ARTHUR BERNARDES, 124 - CENTRO	36580000

ZE 275	Uba	AV. GOVERNADOR VALADARES, 786 - CENTRO	36500107
ZE 280	Unai	RUA PROFESSOR OLÍMPIO GONZAGA, 220 - CENTRO	38610000
ZE 283	Virginópolis	RUA FRANCISCO DIAS, 262 - CENTRO	39730000
ZE 284	Visconde do Rio Branco	RUA DO DIVINO, 139 - CENTRO	36520000
ZE 285	Sao Romao	AV. NEWTON GONCALVES PEREIRA, 387 - SALA 106 - CENTRO	39290000
ZE 291	Perdizes	AV. GERCINO COUTINHO, 171 - CENTRO	38170000
ZE 293	Pratapolis	PRAÇA CASTORINO DE SOUZA, 364 - CENTRO	37970000
ZE 294	Rio Vermelho	RUA BERNARDINO CARVALHAIS, 179 - CENTRO	39170000
ZE 296	Candeias	PRAÇA ACHILES LANGSDORFF, 87 C - CENTRO	37280000
ZE 300	Cachoeira de Minas	RUA CORONEL PORTUGAL, 60, SALA 03, CENTRO - CENTRO	37545000
ZE 303	Espera Feliz	RUA JOVELINO BENTO, N 07 - ÁREA DE LAZER	36830000
ZE 306	Itamonte	AV. CAMPOS ELÍSEOS, 191 - CENTRO	37466000
ZE 310	Varzea da Palma	RUA AARÃO REIS, 1.715 - CENTRO	39260000
ZE 320	Arinos	R. MAJOR SAINT CLAIR, 1.003 - CENTRO - CENTRO	38680000
ZE 324	Buritís	RUA BAHIA, 585 - CENTRO	38660000
ZE 329	Bonfinópolis de Minas	RUA SÃO JOSE, 625 - CENTRO	38650000
ZE 336	Turmalina	RUA JOSINA ANTUNES, 130 - CAMPO	39660000
ZE 338	Belo Vale	AVENIDA PAIVA LOPES, 383 - CENTRO	35473000
ZE 339	Jequeri	RUA MAJOR OLÍMPIO SOARES, 16 - CENTRO	35390000
ZE 342	Montalvania	AV. CONFÚCIO, N. 1631 - CENTRO	39495000
ZE 343	Itumirim	RUA PRESIDENTE BERNARDES, 77 - NITERÓI	37210000
ZE 346	Cruzília	AVENIDA JOSÉ MÁRIO DOS REIS MEIRELES, 150 - JARDIM IMPERIAL	37445000

LOTE 3

CONSOLIDAÇÃO DE PERFIS

LOTE 3			
CONSOLIDAÇÃO DE PERFIS			
PERFIL	TIPO DO ACESSO	VELOCIDADE	QUANTIDADE
P20	REMOTO	MPLS 20 Mbps	36
P60	REMOTO	MPLS 60 Mbps	1
P80	REMOTO	MPLS 80 Mbps	1
P120	REMOTO	MPLS 120 Mbps	1

PC500	CONCENTRADOR MPLS	MPLS 500 Mbps	2
-------	-------------------	---------------	---

ENDEREÇOS - PONTOS DE INSTALAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS			
CONCENTRADORES			
Unidade	Município	Endereço	CEP
Anexo I	Belo Horizonte	AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320	30380000
TRT-MG - 3ª Região	Belo Horizonte	RUA MATO GROSSO, 400	30190081
UNIDADES SEDE / ZONAS ELEITORAIS			
Unidade	Município	Endereço	CEP
Anexo I Lab	Belo Horizonte	AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320	30380000
ZE 001	Abaete	AVENIDA SIMÃO DA CUNHA, 295 - CENTRO	35620000
ZE 013	Andradas	RUA OTÁVIO TEIXEIRA BARBOSA, 51 - CENTRO - CENTRO	37795000
ZE 041	Igarape	RUA MANOEL FRANCO DO AMARAL, 468 - CIDADE JARDIM	32900000
ZE 045	Bom Despacho	RUA DR. MIGUEL GONTIJO, 255, SALA 107 - CENTRO	35630016
ZE 076	Carmo do Paranaíba	RUA PREFEITO JOÃO LUIZ DE CARVALHO, 641 - ROSARIO	38840000
ZE 081	Claudio	RUA PARAIBA, 211 - CENTRO	35530000
ZE 082	Conceicao das Alagoas	RUA JOAO NUNES, 345-A - CENTRO	38120000
ZE 096	Coromandel	PRAÇA PADRE LÁZARO MENEZES, 33 - CENTRO	38550024
ZE 116	Frutal	PRAÇA SETE DE SETEMBRO, 200, SALA 105 - CENTRO	38200000
ZE 126	Ibia	AVENIDA CARLOS FULGENCIO, 440 - SANTA CRUZ	38950000
ZE 127	Ibiraci	RUA TIRADENTES, 235 - CENTRO	37990000
ZE 139	Itapecerica	RUA ANTÔNIO RIBEIRO DE AVELAR, 149, LOJA 03 - OLIVEIRA MORAES	35550000
ZE 141	Ituiutaba	RUA 24, N. 678, CENTRO - CENTRO	38300078
ZE 142	Iturama	AVENIDA CAMPINA VERDE, 759 - CENTRO	38280000
ZE 151	Joao Pinheiro	AVENIDA GÉRSO RIOS, 876 - CENTRO	38770000
ZE 163	Luz	RUA VIGÁRIO PARREIRAS, 1090 - CENTRO	35595000
ZE 179	Monte Alegre de Minas	AVENIDA VIRGÍLIO DE ALVIM, 135 - CENTRO	38475000
ZE 181	Monte Carmelo	RUA TITO FULGÊNCIO, 199 - CENTRO	38500000
ZE 182	Monte Santo de Minas	RUA DR. PEDRO PAULINO DA COSTA, 527A - CENTRO	37968000
ZE 197	Oliveira	AV. MARACANÃ, 390 - SALAS 7 E 8 - CENTRO	35540000
ZE 202	Para de Minas	RUA FRANCISCO SALES, 8 - CENTRO	35660017

ZE 203	Paracatu	AV. OLEGÁRIO MACIEL N 193 SALA 402 - CENTRO	38600210
ZE 210 330 CA210	Patos de Minas	RUA JOSE DE SANTANA, 345 - 1 ANDAR - CENTRO	38700052
ZE 219	Pitangui	RUA DR. JACINTO ÁLVARES, 09. - CENTRO	35650000
ZE 229	Prata	RUA JOB FERREIRA MACEDO, 45 - ESPERANÇA	38140000
ZE 230	Presidente Olegario	PRAÇA DA BANDEIRA, 10 - CENTRO	38750000
ZE 254	Sao Gotardo	RUA TIRADENTES, 185 - CENTRO	38800000
ZE 274	Tupaciguara	RUA OLEGARIO MACIEL, 06 - CENTRO	38480000
ZE 276 326 347 CA276	Uberaba	RUA DOUTOR LAURO BORGES, 97 - ESTADOS UNIDOS	38015020
ZE 278 279 299 314 335 CA278	Uberlandia	AVENIDA VASCONCELOS COSTA, 1.646 - OSVALDO REZENDE	38400452
ZE 287	Carmo do Cajuru	RUA NAGIB MILEIB, 265 - SÃO LUIZ	35557000
ZE 295	Vazante	AV. CASTELO BRANCO, 250, SALA 10, CAC - INDEPENDENCIA	38780000
ZE 297	Itapagipe	AV. 07, 335, CENTRO - CENTRO	38240000
ZE 298	Nova Serrana	RUA ANTÔNIO MARTINS, 70 - CENTRO	35520068
ZE 302	Capinopolis	RUA 98, N. 843 - SEMÍRAMES	38360000
ZE 308	Santa Vitoria	RUA SALUSTIANO CAIXETA, N. 377. - CENTRO	38320000
ZE 327	Campos Altos	R. JOÃO SOARES DE SOUZA, N.730 - CENTRO	38970000
ZE 340	Nova Ponte	RUA JERÔNIMO CARNEIRO 584 - GRANDE LAGO	38160000

ANEXO II DO CONTRATO

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

13. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

13.1.1. Solução de Rede Privada MPLS para todas as Unidades Administrativas do Tribunal Regional de Minas Gerais, por período de 60 (sessenta) meses.

13.1.2. ABREVIACÕES E TERMOS ESPECÍFICOS

Este Termo de Referência contém diversas abreviações e termos específicos que deverão ser interpretados conforme descrições a seguir:

13.1.2.1. **Unidades Administrativas:** Termo genérico utilizado para se referir aos Cartórios Eleitorais, Centrais de Atendimento ao Eleitor e demais Unidades Organizacionais sob a administração do CONTRATANTE. As Unidades Administrativas estão distribuídas por todo o Estado de Minas Gerais.

13.1.2.2. **Backbone Secundário:** Termo genérico utilizado para se referir, integralmente, aos links dedicados da Rede Privada MPLS que interligam as redes de computadores da sede do CONTRATANTE com as redes de suas Unidades Administrativas, incluindo equipamentos, enlaces de comunicação de dados, softwares e serviços.

13.1.2.3. **CPE (Customer Premises Equipment):** Roteador instalado pela CONTRATADA nas dependências do CONTRATANTE.

13.2. REQUISITOS GERAIS

13.2.1. A CONTRATANTE possui dois Datacenters na cidade de Belo Horizonte. Um, situado na Avenida Prudente de Moraes, nº 320, bairro Cidade Jardim, CEP 30380-002, doravante denominado Datacenter Principal, e o outro na rua Mato Grosso, nº 400, centro, CEP 30190-081, doravante denominado Datacenter Secundário.

13.2.2. Os Datacenters são interligados em camada 2, por meio de um anel óptico dedicado, a uma velocidade de 20 Gbps (vinte gigabit por segundo) .

13.2.3. A Rede Privada MPLS interliga as redes das unidades administrativas distribuídas em todo o Estado de Minas Gerais aos dois Datacenters da CONTRATANTE.

13.2.4. Os enlaces da Rede Privada MPLS não poderão possuir restrições de qualquer natureza impostas pela CONTRATADA. Deverão operar vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, sem limitações de quantidade (franquia de consumo) ou tipo de dados trafegados, portas lógicas ou serviços. Restrições e controles de tráfego, serviços e aplicações serão configuradas na rede somente quando solicitadas pelo CONTRATANTE, a título de Qualidade de Serviço (QoS).

13.2.5. Todos os CPEs da Rede Privada MPLS (roteadores, switches metro, etc.) deverão ser dimensionados para suportar os enlaces especificados neste Termo de Referência, considerando todas as funcionalidades ativas, devendo operar com taxa média de utilização de memória e CPU inferior a 80% (oitenta por cento). Os equipamentos que estiverem apresentando utilização desses recursos acima do valor limite especificado, por período superior a uma hora, especialmente no intervalo compreendido entre 12:00 e 16:00, por mais de 15 dias consecutivos, deverão ser substituídos por outros de maior capacidade e/ou desempenho, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da abertura do chamado técnico.

13.3. REQUISITOS DA REDE MPLS

13.3.1. A velocidade de cada enlace MPLS está especificada na planilha do ANEXO I, por local de instalação.

13.3.2. Parâmetros de desempenho:

13.3.2.1. Latência inferior a 50 milissegundos medidos em apenas uma direção ou 100 milissegundos RTT (Round Trip Time - ida e volta);

13.3.2.2. Jitter inferior a 15 milissegundos medidos em apenas uma direção ou 30 milissegundos RTT (Round Trip Time – ida e volta);

13.3.2.3. Perda de pacotes inferior a 1%.

13.3.3. Os parâmetros de desempenho (latência, jitter e perda de pacotes) serão medidos entre um computador de teste localizado na sede do CONTRATANTE, tendo como destino a interface LAN do roteador da Unidade Administrativa Remota.

13.3.4. A rede MPLS deverá ser totalmente independente e isolada do ambiente público da Internet.

13.3.5. A rede MPLS deverá suportar o transporte eficiente de várias classes de serviços, incluindo áudio, vídeo e dados, possibilitando que aplicações com restrições temporais, tais como VoIP e Vídeo Conferência sejam utilizadas, simultaneamente, com outras aplicações de uso geral, sem apresentarem problemas de compreensibilidade.

13.3.6. O encaminhamento de pacotes dentro da rede MPLS da CONTRATADA deverá ser realizado por protocolos que operam abaixo da camada de rede, sem a utilização de endereçamentos IPs.

13.3.7. A topologia da rede deverá ser do tipo Estrela, também conhecida pelo termo em inglês *Hub-and-Spoke*, onde todos os dados devem passar por um roteador central, denominado concentrador. O concentrador será responsável por interconectar os pontos remotos e encaminhar todo o tráfego da rede.

13.3.8. Os CPEs deverão operar, obrigatoriamente, na camada 3, com atribuições de endereços IPs tanto nas interfaces internas (LAN), quanto nas externas (WAN).

13.3.8.1. Os CPEs serão responsáveis pelo encaminhamento do tráfego entre as redes do CONTRATANTE e o “Núcleo da Rede” da CONTRATADA.

13.3.8.2. Os endereços IPs externos (WAN) e internos (LAN) dos CPEs deverão ser visíveis às redes do CONTRATANTE, de forma a possibilitar os acessos de monitoramento especificados neste Termo de Referência.

13.3.9. O Backbone Secundário deverá ser totalmente independente e isolado do ambiente público da Internet.

13.3.10. As interfaces externas (WAN) dos CPEs conectadas ao “Núcleo da Rede” deverão utilizar endereços IPs restritos, ou seja: tais endereços não poderão ser divulgados nem acessados por redes de terceiros, incluindo a rede pública Internet.

13.3.11. Os enlaces do Backbone Secundário não poderão possuir restrições de qualquer natureza impostas pela CONTRATADA. Deverão, portanto, operar vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, sem limitações de quantidade (franquia de consumo) ou tipo de dados trafegados, portas lógicas ou serviços. Restrições e controles de tráfego, serviços e aplicações serão configuradas na rede somente quando solicitadas pelo CONTRATANTE, a título de Qualidade de Serviço (QoS), em conformidade com as condições e especificações contidas neste Termo de Referência.

13.3.12. A CONTRATADA deverá configurar seus equipamentos para operar corretamente com as redes já existentes nas Unidades Administrativas e na sede do CONTRATANTE, observando, obrigatoriamente, as diretrizes do item PLANO DE ENDEREÇAMENTO IP E INFORMAÇÕES DE CONFIGURAÇÕES, presentes neste Termo de Referência.

13.4. REQUISITOS OPERACIONAIS DOS CPEs DA REDE MPLS

13.4.1. Todos os CPEs do Backbone Secundário deverão:

13.4.1.1. Manter a data e a hora sincronizada por meio de um serviço NTP (Network Time Protocol) ajustado para a hora oficial de Brasília – DF.

13.4.1.2. Suportar o protocolo de gerenciamento SNMP na versão 2c (ou superior), com implementação da MIB II, RMON1 e RMON2.

13.4.1.3. Manter o protocolo SNMP habilitado, com acesso de leitura por parte do CONTRATANTE a todos os objetos disponíveis pelas MIBs desses equipamentos.

13.4.1.4. Suportar o envio de notificações SNMP (TRAPs) para monitores remotos (consoles). O CONTRATANTE poderá requisitar, a qualquer momento durante a vigência do contrato, por meio de um chamado técnico, a configuração e o envio destas mensagens para suas estações de gerenciamento.

13.4.2. Deverá ser fornecida ao CONTRATANTE uma senha de acesso aos consoles dos CPEs que possibilite a leitura de todas as configurações realizadas. Essa senha será exclusivamente para leitura e não poderá, em hipótese alguma, possibilitar alterações dos parâmetros configurados pela CONTRATADA. Tal credencial deverá permitir também os seguintes privilégios nos consoles desses equipamentos:

13.4.2.1. Acesso aos dados estatísticos de cada interface (física ou lógica) utilizada para prover os serviços solicitados, os quais deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Taxa de transmissão de entrada e saída em bits por segundo (ou unidade semelhante) com valores atuais, média e pico;
- b) Quantidade de erros detectados (erros de input e erros de output);
- c) Indicação do “status” de operação das interfaces (up, down).

13.4.2.2. Permissão para zerar os contadores estatísticos mencionados na alínea anterior.

13.4.2.3. Visualização dos dados estatísticos de utilização de memória e CPU dos equipamentos.

13.4.2.4. Visualização das estatísticas de QoS por interface.

13.4.2.5. Execução dos comandos “ping” e “traceroute”, ou comandos com a mesma funcionalidade.

13.4.2.6. Visualização da tabela de roteamento ativa (carregada em memória).

13.4.2.7. Visualização dos comandos de configuração em execução (Running Config).

13.4.3. O acesso aos consoles dos equipamentos deverá ser concedido, exclusivamente, por meio do protocolo SSH.

13.4.4. As credenciais de acesso fornecidas ao CONTRATANTE (usuário e senha) deverão ser, obrigatoriamente, armazenadas e administradas em uma base de dados centralizada, comum a todos os CPEs, de forma que uma alteração a partir de qualquer equipamento seja aplicada em todos os CPEs da rede. A senha deverá ser configurada para não expirar e permitir alterações manuais realizadas pelo CONTRATANTE, mediante confirmação da senha atual.

13.4.5. O CONTRATANTE não se responsabilizará por problemas causados por alterações indevidas nas configurações dos equipamentos, caso as credenciais fornecidas pela CONTRATADA não sejam restritas às operações de somente leitura.

13.4.6. Todos os CPEs instalados no Backbone Secundário deverão estar com suporte ativo por parte do fabricante, no que diz respeito às liberações de atualizações, correções de problemas (Bugs) e patches de segurança, durante toda a vigência do contrato, para a versão do Sistema Operacional instalado.

13.4.7. A CONTRATADA deverá proceder com a atualização dos softwares (Firmware e Patches) de seus equipamentos sempre que julgar necessário, ou por solicitação do CONTRATANTE, sem ônus ao CONTRATANTE.

13.4.8. As atualizações solicitadas pelo CONTRATANTE estarão vinculadas à necessidade de correções de problemas (Bugs) ou aplicações de patches de segurança.

13.5. RESILIÊNCIA DOS CONCENTRADORES DA REDE MPLS

13.5.1. O Ponto de Acesso Principal do Backbone Secundário deverá operar em alta disponibilidade, implantada por meio da instalação e configuração de dois roteadores físicos distintos.

13.5.2. Os roteadores concentradores deverão ser instalados nos dois Datacenters do CONTRATANTE, de forma a distribuir os recursos físicos e lógicos dos acessos entre as duas localidades.

13.5.2.1. Site 1: Localizado na Avenida Prudente de Moraes, nº 320, bairro Cidade Jardim, na cidade de Belo Horizonte – MG, CEP 30.380-002;

13.5.2.2. Site 2: Localizado na Rua Mato Grosso, nº 400, bairro Barro Preto, na cidade de Belo Horizonte – MG, CEP 30.190-080;

13.5.2.3. Os “sites” onde serão instalados os concentradores estão interligados por enlaces de fibras ópticas (fibras apagadas, já instaladas e de propriedade do CONTRATANTE), operando a uma taxa de 20 Gbps . A conexão entre os sites é realizada em camada 2 (Layer 2), utilizando-se switches Ethernet.

13.5.3. A solução de alta disponibilidade apresentada pela CONTRATADA deverá:

13.5.3.1. Possibilitar a utilização simultânea de ambos os concentradores, de forma a realizar o balanceamento do tráfego entre os dois enlaces principais.

13.5.3.2. Operar de forma automática e transparente. Caso ocorra falha em qualquer enlace principal, suas respectivas conexões deverão migrar para o enlace remanescente em funcionamento no outro concentrador, sem que haja a necessidade de intervenção manual. Quando o enlace defeituoso for recuperado, as conexões deverão ser redistribuídas, automaticamente, retornando à situação original projetada para a rede.

13.5.3.3. A CONTRATADA deverá garantir que os concentradores sejam conectados ao “Núcleo da Rede” de forma redundante, utilizando caminhos físicos distintos e equipamentos independentes ou redundantes no Ponto de Presença.

13.5.3.4. No caso de haver adjudicação de mais de um lote/região a uma mesma CONTRATADA, deverão ser instalados apenas dois concentradores, observando-se o disposto no item REQUISITOS DE DESEMPENHO DOS CPEs.

13.6. REQUISITOS DE DESEMPENHO DOS CPEs DA REDE MPLS

13.6.1. Todos os testes de desempenho e disponibilidade dos enlaces do Backbone Secundário serão realizados fim-a-fim, tendo como origem um computador localizado na sede do CONTRATANTE e como destino a interface LAN ou WAN do CPE Remoto ou um computador da rede interna da Unidade Administrativa em avaliação, dependendo do tipo de teste executado.

13.6.2. O CONTRATANTE utilizará suas próprias ferramentas e metodologias para aferir os parâmetros de desempenho e disponibilidade dos enlaces do Backbone Secundário. A contratação do monitoramento da rede não faz parte do objeto deste Contrato.

13.6.3. Todos os enlaces do Backbone Secundário deverão ser fornecidos por meio de links individuais, não sendo permitida a agregação de múltiplos links físicos para disponibilizar a velocidade solicitada.

13.6.4. Todos os CPEs do Backbone Secundário deverão operar com taxa média de utilização de memória e CPU igual ou inferior a 80% (oitenta por cento), medida da seguinte forma:

13.6.4.1. Tempo de cada medição: 60 (sessenta) minutos. Os dados deverão ser coletados durante o horário de maior tráfego do enlace (horário de pico).

13.6.4.2. Quantidade de medições: 3 (três) medições, realizadas durante os dias úteis e espaçadas entre si de, no máximo, 3 (três) dias.

13.6.4.3. Critério de desempenho: para ser aprovado no teste, o CPE em análise deverá operar com taxa média (Tm) de utilização de memória e CPU igual ou inferior a 80% (oitenta por cento), em três medições realizadas consecutivamente. Para cada medição, serão computadas médias intermediárias a cada 5 (cinco) minutos, por um período total de 60 minutos. A taxa média de cada medição será dada pela média aritmética das médias intermediárias, ou seja:

$Tm = \text{Somatório das médias intermediárias} / 12$

13.6.4.4. Os CPEs que não estiverem atendendo aos requisitos de desempenho estipulados neste Termo de Referência deverão ser substituídos por outros de maior desempenho, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da abertura do chamado técnico.

13.6.5. **Taxa de Transmissão e Recepção**

13.6.5.1. Todos os enlaces do Backbone Secundário deverão operar com 100% (cem por cento) da capacidade da banda contratada, em ambos os sentidos, dedicada exclusivamente ao tráfego de dados do CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

13.6.5.2. Para validar a taxa de transmissão do enlace, serão realizados os seguintes procedimentos:

a) O enlace será sobrecarregado em ambos os sentidos (Upload e Download), por meio de aplicativos geradores de tráfego, por um período de 30 minutos.

b) Critério de desempenho: a taxa média (Tm) de utilização do enlace deverá ser superior a 95% (noventa e cinco por cento) do valor contratado, em ambos os sentidos, durante o período de medição. Para tal, será computada uma taxa média intermediária a cada 5 (cinco) minutos, sendo a taxa média total calculada pela seguinte fórmula:

$Tm = \text{Somatório das médias intermediárias} / 6$

Nesse mesmo procedimento serão avaliadas as estatísticas das interfaces dos CPEs envolvidos na medição. Durante o procedimento de avaliação não poderá haver incrementos nos contadores que sinalizam problemas no enlace, tais como: CRC, input errors e output errors.

13.6.6. **Taxa de Perda de Pacotes**

13.6.6.1. A Taxa de Perda de Pacotes no enlace será considerada como o percentual de pacotes perdidos em relação ao total de pacotes transmitidos em um determinado período de medição, utilizando-se o “Ping” como aplicativo de teste.

13.6.6.2. Para aumentar a confiabilidade do teste, a taxa de transmissão e recepção de dados do enlace a ser avaliado deverá ser inferior a 60% (sessenta por cento) de sua capacidade total no momento da medição, e no concentrador, inferior a 80% (oitenta por cento), minimizando os efeitos causados por enfileiramentos e descartes de pacotes por congestionamentos na rede.

13.6.6.3. Critério de desempenho: enviar, por meio do comando “Ping”, uma sequência de pacotes ICMP (echo request), a partir do computador de teste localizado na sede do CONTRATANTE, tendo como destino a interface LAN do roteador da Unidade Administrativa Remota, por um período de 5 minutos. O enlace será aprovado caso a Taxa de Perda de Pacotes seja inferior a 1% (um por cento) ao longo de todo o período de medição.

13.6.7. **Latência**

13.6.7.1. A latência será considerada como o tempo total gasto para o pacote de dados sair do computador de teste instalado no “site” principal do CONTRATANTE, trafegar por toda a rede da CONTRATADA, chegar à interface LAN do roteador da rede remota, somado ao tempo gasto para o retorno da confirmação de recebimento do pacote, ou seja, tempo total gasto de ida e volta do pacote (RTT – Round Trip Time).

13.6.7.2. Para aumentar a confiabilidade do teste, a taxa de transmissão e recepção de dados do enlace a ser avaliado deverá ser inferior a 60% (sessenta por cento) de sua capacidade total, no momento da medição, e no concentrador, inferior a 80% (oitenta por cento), minimizando os efeitos causados por enfileiramentos e descartes de pacotes por congestionamentos na rede.

13.6.7.3. Critério de desempenho: para ser aprovado no teste, o enlace deverá apresentar o valor médio de latência (RTT) inferior a 100 (cem) milissegundos, durante todo o intervalo de medição, que será de 5 (cinco) minutos. O valor médio de latência do enlace será calculado pela média aritmética dos valores coletados durante o período do teste.

13.6.8. **Jitter**

13.6.8.1. O “Jitter” será medido como a variação do RTT (Round Trip Time) entre os pacotes adjacentes transmitidos a partir do computador de teste localizado na sede do CONTRATANTE, tendo como destino a interface LAN do roteador da Unidade Administrativa Remota.

13.6.8.2. Para aumentar a confiabilidade do teste, a taxa de transmissão e recepção de dados do enlace a ser avaliado deverá ser inferior a 60% (sessenta por cento) de sua capacidade total, no momento da medição, e no concentrador, inferior a 80% (oitenta por cento), minimizando os efeitos causados por enfileiramentos e descartes de pacotes por congestionamentos na rede.

13.6.8.3. Critério de desempenho: para ser aprovado no teste, o enlace deverá apresentar o valor médio do Jitter inferior a 30 (trinta) milissegundos, durante todo o intervalo de medição, que será de 5 (cinco) minutos. O valor médio do Jitter será calculado pela média aritmética dos valores coletados durante o período do teste.

13.7. **QUALIDADE DE SERVIÇO (QoS)**

13.7.1. A rede da CONTRATADA deverá suportar protocolos para classificação e marcação de pacotes, gerência de filas (*Queuing*), prevenção de congestionamento de filas (*Congestion Avoidance*) e controle de largura de banda (*Policing and Shaping*), com objetivo de garantir o nível de serviço adequado a cada classe de aplicação que trafegar pelo Backbone Secundário.

13.7.2. As políticas de tratamento de tráfego (QoS) definidas pela CONTRATANTE deverão ser validadas e aplicadas em todos os nós do “Núcleo da Rede” da CONTRATADA, para garantir Qualidade de Serviço fim-a-fim.

13.7.3. A arquitetura e os mecanismos utilizados para implementar o QoS no Backbone Secundário deverão seguir as recomendações das seguintes RFCs (*Request for Comments*):

- 13.7.3.1. RFC 2474: Definition of the differentiated services field (DS field) in the IPv4 and IPv6 headers.
- 13.7.3.2. RFC 2475: An architecture for differentiated services.
- 13.7.3.3. RFC 2597: Assured forwarding PHB group.
- 13.7.3.4. RFC 2983: Differentiated services and tunnels.
- 13.7.3.5. RFC 3086: Definition of differentiated services per domain behaviors and rules for their specification.
- 13.7.3.6. RFC 3140: Per hop behavior identification codes.
- 13.7.3.7. An expedited forwarding PHB.
- 13.7.3.8. Supplemental information for the new definition of the EF PHB (expedited forwarding per-hop behavior).
- 13.7.3.9. RFC 3260: New Terminology and Clarifications for Diffserv.
- 13.7.3.10. RFC 4594: Configuration Guidelines for DiffServ Service Classes.
- 13.7.3.11. RFC 5865: A differentiated services code point (DSCP) for capacity-admitted traffic.

13.7.4. O Backbone secundário deverá constituir um único *DiffServ Domain*, ou seja: deverá operar com um conjunto comum de regras e definições de políticas de QoS para todos os nós (roteadores/switches) da rede.

13.7.5. As marcações de pacotes em “*Layer 3*” deverão ser:

- 13.7.5.1. Via de regra, realizadas pelos equipamentos da CONTRATANTE, quando o sentido do tráfego for do Site Principal para os Acessos Remotos, mas poderão ser realizadas também pelos CPEs Principais, caso seja necessário.
- 13.7.5.2. Realizadas pelos CPEs Remotos, quando o sentido do tráfego for dos Acessos Remotos para o Site Principal.
- 13.7.5.3. Aderentes aos valores padronizados pelas RFCs – DiffServ DSCP PHB, conforme especificados na tabela abaixo:

QoS Values Calculator v2

CoS = Class of Service
DSCP = Differentiated Services Code Point
ToS = Type of Service
AF = Assured Forwarding
IPP = IP Precedence
CS = Class Selector
DP = Drop Probability
ECN = Explicit Congestion Notification

ToS							
DSCP						ECN	
AF (CS;DP)							
IPP=CS			DP				
			Delay	Thruput	Reliability		

	8th bit	7th bit	6th bit	5th bit	4th bit	3rd bit	2nd bit	1st bit
ToS	128	64	32	16	8	4	2	1
DSCP	32	16	8	4	2	1		
CoS=IPP	4	2	1					

CoS=IPP	AF	DSCP	ToS	ToS HEX	DP	8th bit	7th bit	6th bit	5th bit	4th bit	3rd bit	2nd bit	1st bit
1	CS1	8	32	20		0	0	1	0	0	0	0	0
1	AF11	10	40	28	Low	0	0	1	0	1	0	0	0
1	AF12	12	48	30	Medium	0	0	1	1	0	0	0	0
1	AF13	14	56	38	High	0	0	1	1	1	0	0	0
2	CS2	16	64	40		0	1	0	0	0	0	0	0
2	AF21	18	72	48	Low	0	1	0	0	1	0	0	0
2	AF22	20	80	50	Medium	0	1	0	1	0	0	0	0
2	AF23	22	88	58	High	0	1	0	1	1	0	0	0
3	CS3	24	96	60		0	1	1	0	0	0	0	0
3	AF31	26	104	68	Low	0	1	1	0	1	0	0	0
3	AF32	28	112	70	Medium	0	1	1	1	0	0	0	0
3	AF33	30	120	78	High	0	1	1	1	1	0	0	0
4	CS4	32	128	80		1	0	0	0	0	0	0	0
4	AF41	34	136	88	Low	1	0	0	0	1	0	0	0
4	AF42	36	144	90	Medium	1	0	0	1	0	0	0	0
4	AF43	38	152	98	High	1	0	0	1	1	0	0	0
5	CS5	40	160	A0		1	0	1	0	0	0	0	0
5	EF	46	184	B8		1	0	1	1	1	0	0	0
6	CS6	48	192	C0	Routing	1	1	0	0	0	0	0	0
7	CS7	56	224	E0	Network	1	1	1	0	0	0	0	0

Tabela 1 - Differentiated Service CodePoint Per-Hop Behavior

13.7.5.4. As configurações de QoS serão ajustadas em comum acordo entre os técnicos da CONTRATANTE e da CONTRATADA, durante a implantação do Backbone Secundário, devendo contemplar no mínimo as classes abaixo especificadas. Os valores do campo DSCP apresentados são sugestões e poderão ser ajustados com a CONTRATADA durante a implantação.

a) **CLASSE A (Nome: Priority – Dscp Name: EF – Dscp Number: 46):** receberão esta marcação todas as aplicações corporativas que necessitarem de um serviço de rede que garanta um perfil de tráfego com baixíssimos valores de perda de pacotes, latência e jitter. A largura de banda reservada para essa classe não deverá ultrapassar 10% do valor total do enlace e qualquer tráfego excedente deverá ser descartado (*Policing*). A qualquer momento, a largura de banda ociosa poderá ser utilizada pelas outras classes de serviços. Estarão nessa classe, basicamente, as aplicações corporativas de VoIP.

b) **CLASSE B (Nome: Multimedia – Dscp Name: AF41 – Dscp Number: 34)**: receberão esta marcação todas as aplicações corporativas que necessitem de um serviço de rede que garanta um perfil de tráfego com baixos valores de perda de pacotes, latência e jitter, mas apresentam um consumo de banda variável. A essa classe deverá ser garantida uma banda mínima de 20% do valor total do enlace, mesmo em momentos de congestionamento da rede. Diferentemente da classe anterior, não deverá haver limite de banda superior. Havendo demanda de tráfego que ultrapasse a reserva garantida de 20%, essa classe poderá utilizar a banda ociosa de outras classes, até 100% da largura de banda do enlace. A largura de banda ociosa desta classe poderá ser utilizada pelas outras classes de serviços. Estarão nessa classe, as aplicações de multimídia corporativas, tais como transmissões de vídeos (streaming), vídeo conferência, transmissão de imagens de câmeras IP, entre outras.

c) **CLASSE C: (Nome: Critical – Dscp Name: AF31 – Dscp Number: 26)**: receberão esta marcação todas as aplicações corporativas que toleram valores médios de *Jitter*, mas que necessitam de um serviço de rede com baixa latência (responsivo) e baixa perda de pacotes. A essa classe deverá ser garantida uma banda mínima de 30% do valor total do enlace, mesmo em momentos de congestionamento da rede, sem limite de banda superior. Havendo demanda de tráfego dessa classe, ela poderá utilizar a banda ociosa de outras classes, até 100% da largura de banda do enlace. A largura de banda ociosa desta classe poderá ser utilizada pelas outras classes de serviços. Estarão nessa classe, as aplicações corporativas consideradas importantes para o funcionamento das Unidades Administrativas e que não se encaixam nas classes anteriores.

d) **CLASSE D: (Nome: Restricted – Dscp Name: AF11 – Dscp Number: 10)**: receberão esta marcação todas as aplicações corporativas que tendem a ser grandes consumidoras de banda por longos períodos, mas são tolerantes a valores relativamente altos de perda de pacotes, latência e *Jitter*. Essa classe deverá ser limitada a 10% do valor total do enlace. O tráfego que exceder esse limite deverá aguardar em fila para ser transmitido posteriormente ("*Shaping*") ou descartado quando o armazenamento não for possível por falta de espaço nos *Buffers*. A largura de banda ociosa desta classe poderá ser utilizada pelas outras classes de serviços. Estarão nessa classe, as aplicações corporativas que utilizam frequentemente transferências de grandes arquivos tais como: atualizações de vacinas de antivírus e *Uploads* de arquivos para as Unidades Administrativas.

e) **CLASSE E: (Nome: Default – Dscp Name: DF – Dscp Number: 0)**: Todos os aplicativos que não necessitem de tratamento diferenciado no Backbone Secundário, incluindo-se aqui o tráfego de Internet das Unidades Administrativas, serão marcados com o valor padrão DSCP DF PHB. Essa classe não deverá receber nenhum tratamento especial, mas poderá utilizar toda a banda ociosa disponível do enlace.

13.7.5.5. A CONTRATADA, a seu critério, poderá criar classes de QoS para priorizar o tráfego de gerência de seus equipamentos, no entanto, a reserva total de banda alocada a essas classes deverá se limitar a 5% do valor total do enlace.

13.7.5.6. Nos momentos de congestionamento do Backbone Secundário, o descarte de pacotes deverá ser seletivo, baseado no valor do primeiro dígito (menos significativo) do DSCP PHB, utilizando o método *Weighted Random Early Detection* (WRED) ou outro com a mesma funcionalidade.

13.8. REQUISITOS DA GESTÃO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA DO BACKBONE SECUNDÁRIO

13.8.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar um portal de atendimento na Internet para abertura de chamados técnicos e acompanhamento dos níveis de serviços prestados.

13.8.2. Entende-se por portal de atendimento na Internet a disponibilização de uma ferramenta de gerência de chamados técnicos acessível pela Internet por meio do protocolo HTTPS, com acesso restrito através de credenciais eletrônicas (usuário e senha). O portal de atendimento deverá suportar o uso de API RESTful para todas as funcionalidades da ferramenta de gerência.

13.8.2.1. A partir da emissão da Ordem de Serviço, a CONTRATADA terá um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, improrrogável, para adequar o portal de atendimento aos requisitos deste Termo de Referência, sem prejuízo da emissão do Aceite Técnico da Implantação previsto no item 3.2.8.

13.8.2.2. Durante o período de adequação:

a) A CONTRATADA manterá tratativas com a CONTRATANTE a fim de implementar e testar as funcionalidades do portal de atendimento. Para tanto, caso sejam necessárias, poderão ser agendadas reuniões, em formato presencial ou virtual. As reuniões presenciais ocorrerão no edifício Anexo I da CONTRATANTE, situado na avenida Prudente de Moraes, nº 320, bairro Cidade Jardim em Belo Horizonte – MG, ou outra localidade, no município de Belo Horizonte, a ser indicada pela CONTRATANTE, devendo ser observados todos os subitens relativos ao item 3.1.1 VISITAS TÉCNICAS;

b) No período de adequação, a disponibilidade do portal de atendimento não será considerada para fins dos descontos previstos no item DOS NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO, DOS DESCONTOS E DAS RETENÇÕES OU GLOSAS;

c) Caso a CONTRATADA entregue o portal de atendimento antes do termo final do período de adequação, o prazo remanescente será utilizado para depuração e testes, sem que haja descontos relativos à disponibilidade do serviço, nos termos da alínea anterior.

13.8.2.3. Após o período de adequação, o portal de atendimento será considerado ativo e sua disponibilidade será apurada consoante o item DOS NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO, DOS DESCONTOS E DAS RETENÇÕES OU GLOSAS.

13.8.2.4. Para o mês em que ocorrer a ativação do portal de atendimento, a respectiva disponibilidade será apurada proporcionalmente. Nos meses subsequentes, a disponibilidade será apurada consoante a data de corte estipulada, ou seja, no último dia de cada mês.

13.8.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar um número telefônico que será utilizado como contingência do portal Internet para abrir chamados técnicos caso o acesso ao portal fique indisponível.

13.8.4. A abertura de chamados técnicos se dará, prioritariamente, via portal de atendimento na Internet e, em caso de indisponibilidade do mesmo, usar-se-á a abertura de chamados técnicos através do número telefônico único nacional 0800 não tarifado da Central de Atendimento disponibilizada pela CONTRATADA.

13.8.5. O portal de atendimento deverá manter registros históricos de todos os chamados técnicos, sejam eles requisições de serviços, incidentes ou reclamações registradas pela CONTRATANTE em relação aos serviços prestados, independentemente de qual o meio utilizado para a abertura do chamado (portal ou telefone). No caso de indisponibilidade do portal de atendimento, todos registros de aberturas, atualizações e fechamentos de chamados técnicos feitos via telefone deverão ser replicados na base de dados do portal assim que o mesmo volte a ficar disponível, a fim de que as informações disponibilizadas no portal reflitam todas interações realizadas entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

13.8.6. O portal de atendimento deverá possibilitar que sejam visualizados e impressos nos formatos PDF, DOC, XLS, TXT e CSV, a qualquer momento, os relatórios diários/mensais/anuais dos chamados técnicos, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

13.8.6.1. Data e hora de abertura do chamado;

- 13.8.6.2. Data e hora de encerramento do chamado;
- 13.8.6.3. Descrição sucinta das ações realizadas pelos técnicos para resolver o problema;
- 13.8.6.4. O SLA de atendimento do chamado técnico;
- 13.8.6.5. Todos registros de perguntas, respostas, atualizações acerca do andamento dos chamados e demais comentários realizados pela CONTRATANTE e pela CONTRATADA nos históricos dos chamados.
- 13.8.6.6. Indicação do cumprimento, ou não cumprimento, do prazo de resolução do problema acordado entre as partes, ou seja, se o SLA foi cumprido ou não.

13.8.7. A ferramenta de gerência de chamados deverá enviar à CONTRATANTE uma notificação por e-mail a cada atualização no “status” do chamado, informando o novo “status” (aberto, aguardando informações do cliente, fechado, etc.), ou quando o técnico atualizar as informações de sua atuação no problema, contendo os detalhes por ele informados.

13.8.8. Se a CONTRATANTE identificar que um determinado chamado técnico foi concluído sem a devida atualização das informações no sistema de gerência, a CONTRATANTE considerará que houve indisponibilidade do portal de atendimento pelo período compreendido da abertura do chamado técnico até a sua conclusão.

13.8.9. Deverá ser disponibilizado no portal de atendimento a geração e emissão de relatórios gerenciais mensais que permitam o acompanhamento:

- 13.8.9.1. da qualidade da prestação dos serviços;
- 13.8.9.2. do atendimento dos níveis de serviço contratados;
- 13.8.9.3. das faturas mensais com informações de disponibilidade e indisponibilidade dos links e respectivos dados do tempo de indisponibilidade e valores a serem glosados durante o período de medição, com o detalhamento dos links de teleprocessamento, nos formatos PDF, DOC, XLS, TXT e CSV, no qual deverá constar o número identificador de cada município.

13.8.10. Sem prejuízo das demais informações as quais legalmente a CONTRATADA deva fornecer à CONTRATANTE, para fins de fiscalização, a cada ciclo de faturamento, a CONTRATADA disponibilizará mensalmente, no portal de atendimento, relatório nos formatos PDF, DOC, XLS, TXT e CSV contendo as seguintes informações:

- 13.8.10.1. Relação de todos os chamados técnicos abertos, em andamento e fechados, com os dados descritos neste Termo de Referência;
- 13.8.10.2. Cálculo da disponibilidade, de cada enlace e consolidado, do Backbone Secundário, conforme especificado neste Termo de Referência;
- 13.8.10.3. Valores cobrados;
- 13.8.10.4. Valor líquido total;
- 13.8.10.5. Impostos;
- 13.8.10.6. Valor bruto total;
- 13.8.10.7. Descontos realizados pelo descumprimento dos SLA para cada link de dados.

- 13.8.11. A indisponibilidade do portal de atendimento deverá ser contabilizada como não atendimento do serviço prestado e passível de desconto, conforme estipulado neste Termo de Referência.
- 13.8.12. A inacessibilidade dos relatórios gerenciais ou a impossibilidade de abertura de chamados técnicos serão considerados como indisponibilidade do portal de atendimento.
- 13.8.13. Manutenções planejadas no portal de atendimento devem ser previamente comunicadas ao CONTRATANTE para que o período de realização da manutenção não seja contabilizado como tempo de indisponibilidade do serviço.
- 13.8.14. No curso da execução contratual, a CONTRATADA deverá atender, no mínimo, aos seguintes serviços obrigatórios:
- 13.8.14.1. Solicitação de Vistoria de Infraestrutura;
 - 13.8.14.2. Ativação de novo ponto de acesso;
 - 13.8.14.3. Alteração de endereço de ponto de acesso;
 - 13.8.14.4. Alteração de perfil de ponto de acesso;
 - 13.8.14.5. Desativação de ponto de acesso;
 - 13.8.14.6. Manutenção de ponto de acesso;
 - 13.8.14.7. Alteração de configurações na rede;
 - 13.8.14.8. Plantão técnico especial;
 - 13.8.14.9. Solicitação de informações sobre serviços.
- 13.8.15. As solicitações serão formalizadas prioritariamente via Portal de Atendimento na Internet ou, subsidiariamente, via Central de Atendimento 0800.
- 13.8.16. Todos os custos relativos às instalações, desativações, alterações, configurações e serviços realizados no Backbone Secundário, assim como as despesas com pessoal incluindo deslocamento, alimentação e hospedagem correrão por conta da CONTRATADA.
- 13.8.17. **SOLICITAÇÃO DE VISTORIA DE INFRAESTRUTURA**
- 13.8.17.1. O CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer momento durante a vigência do contrato, por meio de um chamado técnico, uma vistoria nas dependências da CONTRATANTE com o objetivo de avaliar a infraestrutura do local para identificar pendências que possam impedir ou atrasar a instalação de um novo Ponto de Acesso do Backbone Secundário.
 - 13.8.17.2. A CONTRATADA:
 - a) Terá um prazo máximo de 10 dias corridos, contados da abertura do chamado técnico, para realizar a vistoria no local indicado.
 - b) Deverá encaminhar à SEMOS, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados do dia da visita técnica, um relatório informando:
 - I - Quais as velocidades (largura de banda) disponíveis para o local solicitado.

- II - Tempo mínimo estimado para realizar a instalação, observando o limite máximo de 60 (sessenta) dias corridos.
- III - Qualquer pendência na infraestrutura que seja de responsabilidade da CONTRATANTE e que possa impedir ou atrasar a instalação do Ponto de Acesso.

13.8.18. ATIVAÇÃO DE NOVO PONTO DE ACESSO

- 13.8.18.1. O CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer momento durante a vigência do contrato, por meio de um chamado técnico, a instalação de novos Pontos de Acesso no Backbone Secundário, até o quantitativo previsto contratualmente. As instalações que ocorrerem além deste limite serão consideradas acréscimos ao contrato, nos termos da lei.
- 13.8.18.2. A inclusão de um novo Ponto de Acesso implicará, automaticamente, na alteração do valor do pagamento mensal repassado à CONTRATADA a título de contraprestação pecuniária, acrescentando-se ao mesmo a quantia correspondente ao perfil do enlace ativado.
- 13.8.18.3. As instalações de novos pontos de acesso em municípios nos lotes/regiões não especificados no Termo de Referência deverão ocorrer por meio de aditivos contratuais, nos termos da lei.
- 13.8.18.4. A partir da data de abertura do chamado técnico, a CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias corridos para realizar a vistoria no endereço de destino. Após este prazo, A CONTRATADA terá um prazo máximo de 50 (cinquenta) dias corridos para disponibilizar o enlace na nova localidade. Não efetuada a vistoria ou não efetivado o serviço nos prazos estipulados neste item, a CONTRATADA estará sujeita aos termos dispostos na Cláusula Do Pagamento e no Item 5 -DOS NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO, DOS DESCONTOS E DAS RETENÇÕES OU GLOSAS.
- 13.8.18.5. A vistoria para Ativação de Novo Ponto de Acesso deverá atender aos mesmos requisitos do item 1.8.17 - SOLICITAÇÃO DE VISTORIA DE INFRAESTRUTURA.

13.8.19. ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DO PONTO DE ACESSO

- 13.8.19.1. O CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer momento durante a vigência do contrato, por meio de um chamado técnico, a alteração de endereço de qualquer Ponto de Acesso ativo no contrato.
- 13.8.19.2. A alteração de endereço, por si só, não implicará no acréscimo do valor mensal repassado à CONTRATADA a título de contraprestação pecuniária, desde que mantidas as mesmas especificações dos enlaces de origem e destino.
- 13.8.19.3. As alterações de endereço ocorrerão, obrigatoriamente, dentro de um mesmo município.
- 13.8.19.4. A partir da data de abertura do chamado técnico, A CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias corridos para realizar a vistoria no endereço de destino. Após este prazo, A CONTRATADA terá um prazo máximo de 50 (cinquenta) dias corridos para disponibilizar o enlace na nova localidade. Não efetuada a vistoria ou não efetivado o serviço nos prazos estipulados neste item, a CONTRATADA estará sujeita aos termos dispostos nos itens FORMA DE PAGAMENTO e DOS NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO, DOS DESCONTOS E DAS RETENÇÕES OU GLOSAS.
- 13.8.19.5. A vistoria para Alteração de Endereço do Ponto de Acesso deverá atender aos mesmos requisitos do item 1.8.17 - SOLICITAÇÃO DE VISTORIA DE INFRAESTRUTURA.
- 13.8.19.6. As alterações de endereço deverão ser realizadas de forma a minimizar a indisponibilidade dos serviços de rede da Unidade Administrativa. Portanto, os procedimentos de desativação do local de origem e ativação do local de destino deverão ser executados no mesmo dia, com data previamente acordada com a CONTRATANTE.

13.8.20. ALTERAÇÃO DE PERFIL DO PONTO DE ACESSO

13.8.20.1. O CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer momento durante a vigência do contrato, por meio de um chamado técnico, a alteração de perfil dos Pontos de Acesso, até o limite previsto contratualmente.

13.8.20.2. Alterações de perfis que excederem os quantitativos previstos contratualmente deverão ocorrer por meio de aditivos contratuais, nos termos da lei.

13.8.20.3. As alterações de perfis de acesso poderão ocorrer para cima (Upgrade) ou para baixo (Downgrade) e implicarão, automaticamente, na alteração do valor do pagamento mensal repassado à CONTRATADA à título de contraprestação pecuniária, subtraindo-se do mesmo a quantia correspondente ao perfil desativado e acrescentando-se a quantia do perfil ativado.

13.8.20.4. A CONTRATADA terá um prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da abertura do chamado técnico, para realizar a alteração do perfil do enlace. Não efetivado o serviço após este prazo, a CONTRATADA estará sujeita aos termos dispostos na Cláusula de Pagamento e no item 5 - DOS NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO, DOS DESCONTOS E DAS RETENÇÕES OU GLOSAS.

13.8.20.5. Havendo a necessidade de investimento em infraestrutura por parte da CONTRATADA para atender a demanda de Upgrade, o prazo de entrega poderá ser renegociado diretamente com a CONTRATANTE, a qual, após análise da situação, designará um prazo máximo que atenda às necessidades da mesma.

13.8.21. DESATIVAÇÃO DE PONTO DE ACESSO

13.8.21.1. O CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer momento durante a vigência do contrato, por meio de um chamado técnico, a desativação de Pontos de Acesso, até o limite permitido por lei.

13.8.21.2. A exclusão de um Ponto de Acesso implicará, automaticamente, na alteração do valor do pagamento mensal repassado à CONTRATADA à título de contraprestação pecuniária, subtraindo-se do mesmo a quantia correspondente ao perfil do enlace desativado.

13.8.21.3. Para fins de faturamento, o enlace será considerado inativo a partir da data de cancelamento informada no chamado, independentemente do serviço ter sido efetivamente executado. O pagamento do último mês será proporcional ao número de dias em que a Unidade Administrativa utilizou os serviços até a data de cancelamento. Caso não seja indicada data de cancelamento na abertura do chamado técnico, o enlace será considerado inativo a partir da data da solicitação.

13.8.21.4. A CONTRATADA terá um prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da abertura do chamado técnico, para recolher seus equipamentos utilizados na prestação dos serviços. Decorrido esse prazo, a CONTRATANTE não se responsabilizará pela guarda dos bens, ficando isento do ressarcimento à CONTRATADA em casos de perdas ou danos. Este item também se aplica ao término do contrato, independentemente da abertura do chamado técnico.

13.8.22. MANUTENÇÃO DO PONTO DE ACESSO

13.8.22.1. O CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer momento durante a vigência do contrato, por meio de um chamado técnico, a manutenção de um Ponto de Acesso para restaurar suas condições de operação especificadas no Termo de Referência.

13.8.22.2. As indisponibilidades na prestação dos serviços contratados, incluindo os períodos decorridos de chamados abertos por motivos de queda de desempenho ou inconformidade com os requisitos técnicos estabelecidos, estarão sujeitas aos termos dispostos na Cláusula Do Pagamento e no item 5 - DOS NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO, DOS DESCONTOS E DAS RETENÇÕES OU GLOSAS.

13.8.22.3. Para os links MPLS, as solicitações de manutenção serão fiscalizadas pela disponibilidade real do serviço, portanto, para fins de aplicação de descontos, glosas ou retenções no faturamento, o tempo de indisponibilidade do enlace será apurado conforme os dados disponíveis nos sistemas do CONTRATANTE e/ou da CONTRATADA, independentemente da data e hora da abertura e fechamento do chamado.

13.8.23. ALTERAÇÃO DE CONFIGURAÇÕES DA REDE

13.8.23.1. A CONTRATADA poderá solicitar, a qualquer momento durante a vigência do contrato, por meio de um chamado técnico, alterações nas configurações dos CPEs relativas às funcionalidades de segurança e operacionais.

13.8.23.2. As alterações de configuração nos CPEs do Backbone Secundário necessitam, OBRIGATORIAMENTE, de autorização prévia por parte da CONTRATANTE, mediante abertura de chamado técnico.

13.8.23.3. Todas as alterações de configuração deverão ser acompanhadas pela equipe técnica da CONTRATANTE para validação e homologação.

13.8.23.4. Os procedimentos referentes a este serviço serão detalhados e ajustados entre as partes, durante a vigência do contrato, caso seja necessário.

13.8.24. PLANTÃO TÉCNICO ESPECIAL

13.8.24.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, a pedido formal realizado pela CONTRATANTE, um técnico em regime de plantão na sede do CONTRATANTE, de 08:00 às 18:00, no período de 3 (três) dias antes até 1 (um) dia depois dos seguintes eventos:

a) Eleições gerais, municipais ou extraordinárias, sendo que, no dia do pleito, o técnico permanecerá de plantão até que seja liberado pela CONTRATANTE.

b) Fechamento do Cadastro Eleitoral.

13.8.24.2. A CONTRATADA deverá garantir que o técnico plantonista tenha pleno conhecimento sobre a arquitetura de rede, equipamentos, softwares e serviços utilizados no Backbone Secundário.

13.8.24.3. A pedido formal da CONTRATANTE, A CONTRATADA realizará a troca do técnico caso o mesmo não cumpra o horário estipulado.

13.8.24.4. A critério da CONTRATANTE, a presença física do técnico em suas dependências poderá ser substituída por um canal de comunicação ágil entre as Equipes Técnicas da CONTRATANTE e da CONTRATADA, a exemplo de grupos das plataformas Teams ou Whatsapp, com tempo de resposta do primeiro atendimento inferior a 15 (quinze) minutos. Cada Equipe deverá indicar ao menos 05 (cinco) integrantes.

13.8.25. SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE SERVIÇOS

13.8.25.1. A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer momento durante a vigência do contrato, por meio de um chamado técnico, informações sobre serviços em andamento. Qualquer solicitação de informação sobre os serviços em andamento deve ser respondida no prazo máximo de 01 (um) dia.

13.9. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

13.9.1. Os bens provenientes da contratação não devem conter substâncias nocivas ao meio ambiente tais como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenilpolibromados, em concentração acima da recomendada pela Diretiva 2002/95/EC do Parlamento Europeu também conhecida como diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances). O atendimento a este requisito deve ser comprovado por meio de certificado reconhecido nacionalmente ou por declaração do fornecedor ou do fabricante;

13.9.2. A CONTRATADA deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos resíduos de equipamentos de informática e de telefonia, originários da contratação, entendidos como aqueles produtos ou componentes eletroeletrônicos em desuso e sujeitos ao descarte final, em até 30 (trinta) dias corridos, contados da abertura do chamado técnico aberto ou, em todo caso, ao final do contrato, independentemente de abertura de chamado.

14. **SUBCONTRATAÇÃO**

14.1. É vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços objeto desta contratação.

14.2. Será permitida a utilização da última milha de propriedade de outras operadoras em consonância com o que dispõe o artigo 42, da Resolução ANATEL nº 614/2013, e art. 41, da Resolução ANATEL 590/2012.

14.3. Caso a Contratada utilize recursos integrantes da rede de outra Prestadora de Serviço de Telecomunicação para a constituição de sua própria rede, na última milha, os recursos serão considerados parte integrante da rede da Prestadora Contratada, conforme estabelecido nos citados normativos, não configurando, portanto, a subcontratação.

15. **REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO E MIGRAÇÃO DO BACKBONE SECUNDÁRIO**

15.1. **PLANEJAMENTO**

15.1.1. Visitas Técnicas

15.1.1.1. Todas as despesas com pessoal necessárias à execução dos serviços, inclusive deslocamento, alimentação e hospedagem serão de responsabilidade da CONTRATADA.

15.1.1.2. As visitas técnicas realizadas pela CONTRATADA nas dependências do CONTRATANTE para fins de vistorias, instalações e configurações de equipamentos, manutenções ou qualquer outra atividade deverão ser previamente agendadas.

15.1.1.3. Os agendamentos deverão ser realizados pela CONTRATADA:

a) Diretamente com o responsável da unidade administrativa, quando o atendimento for para um ponto de acesso remoto. A data ajustada entre as partes deverá ser comunicada à SEMOS com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, para fiscalização dos serviços executados.

b) Diretamente com a SEMOS, quando o atendimento for para o ponto de acesso principal (Datacenters da CONTRATANTE), respeitando-se o mesmo prazo da alínea anterior.

15.1.1.4. As visitas técnicas às unidades administrativas e à sede da CONTRATANTE deverão ser agendadas de forma que as atividades tenham início e fim dentro dos períodos definidos como Horas Úteis neste Termo de Referência. Não havendo tempo suficiente para a execução das atividades, o técnico da CONTRATADA deverá retornar ao local no próximo dia útil para continuar os trabalhos. Durante as visitas técnicas a CONTRATADA deverá:

- Responsabilizar-se integralmente por todo e qualquer dano físico, material ou pessoal causado direta ou indiretamente ao CONTRATANTE, seus servidores ou outros, por ocasião da realização dos serviços.
- Responsabilizar-se por todos os materiais e ferramentas necessários à execução dos serviços, bem como pelo seu pessoal.

- Contar com equipe de profissionais especializados, devidamente identificados e habilitados para a prestação dos serviços contratados.

15.1.2. Plano de Endereçamento IP e Informações de Configurações

- 15.1.2.1. Os CPEs da rede MPLS deverão ser configurados com endereços IPs fixos em suas interfaces internas (IPs de LAN) e externas (IPs de WAN). Os endereços de LAN a serem configurados na interface interna de cada CPE, assim como o range de IPs que deverá ser utilizado nas interfaces externas (interface WAN) serão fornecidos pela SEMOS na primeira reunião presencial, durante a fase de planejamento da implantação.
- 15.1.2.2. Todos os endereços IPs utilizados nos CPEs da rede MPLS, sejam internos ou externos, serão obrigatoriamente definidos dentro das faixas de endereços privados da RFC 1918.
- 15.1.2.3. Os endereços IPs utilizados nos CPEs da rede MPLS, de forma nenhuma, poderão ser acessados por redes de terceiros, incluindo a rede mundial Internet, com exceção da rede de gerência da própria operadora, utilizada para configurar os equipamentos.
- 15.1.2.4. A equipe técnica da CONTRATANTE deverá ter acesso de leitura à gerência de todos os roteadores MPLS do Backbone Secundário.
- 15.1.2.5. A CONTRATADA deverá garantir que as interfaces externas dos CPEs recebam e mantenham sempre o mesmo endereço, mesmo após operações de reinicialização ou substituição de equipamentos.
- 15.1.2.6. Os CPEs instalados nas Unidades Administrativas deverão ser configurados com uma rota padrão (“Default Gateway”) que encaminhe os pacotes para a rede da sede do CONTRATANTE.

15.1.3. Procedimentos Pré-Instalação

- 15.1.3.1. Após o início da vigência do contrato, as partes CONTRATANTE e CONTRATADA terão um prazo máximo de 10 (dez) dias corridos para planejar as atividades relativas à instalação, configuração, testes e ativação dos enlaces.
- 15.1.3.2. A Seção de Monitoramento e Segurança dos Ambientes Computacionais de Produção (SEMOS) da CONTRATANTE será responsável por todo o acompanhamento e suporte à CONTRATADA durante o processo de planejamento, implantação, migração e manutenção do Backbone Secundário.
- 15.1.3.3. A SEMOS fornecerá à CONTRATADA, no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos, contados do início da vigência do contrato:
- a) Uma lista de todas as unidades administrativas do Backbone Secundário, contendo o endereço completo, telefone de contato, nome e endereço eletrônico do responsável de cada localidade, devendo mantê-la atualizada durante toda a vigência do contrato.
 - b) Uma planilha com os endereços IPs e máscaras de sub-rede a serem configurados nas interfaces internas (LAN) dos roteadores MPLS do Backbone Secundário por local de instalação e a sub-rede a ser utilizada nas interfaces externas (WAN).
- 15.1.3.4. A CONTRATADA entregará à SEMOS, no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos, contados do início da vigência do contrato:
- a) Uma lista contendo todos os contatos da equipe técnica e gerentes administrativos responsáveis pelo processo de implantação, migração e manutenção do Backbone Secundário, contendo, no mínimo, nome completo, endereços eletrônicos (e-mail), telefones fixos e celulares, devendo mantê-la atualizada durante toda a vigência do contrato.

15.1.3.5. A CONTRATADA deverá agendar com a SEMOS uma reunião a realizar-se no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos, contados do início da vigência do contrato, para discutir assuntos relacionados à implantação da rede, especialmente ao que se refere à definição do cronograma executivo.

15.1.3.6. Após a reunião inicial, a CONTRATADA terá 7 (sete) dias para apresentar o cronograma executivo da implantação, contemplando a data de instalação de cada enlace, respeitando-se todos os prazos definidos neste documento.

15.1.3.7. Após a definição do cronograma, qualquer alteração deverá ser devidamente justificada e comunicada à outra parte, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, contados da data agendada para a instalação do respectivo enlace.

15.1.3.8. Reuniões extras, presenciais ou não, poderão ser agendadas, mesmo após o início das atividades de instalação dos enlaces, caso sejam necessárias. As reuniões podem ocorrer no formato virtual ou presencial. As reuniões presenciais ocorrerão no edifício Anexo I da CONTRATANTE, situado na avenida Prudente de Moraes, nº 320, bairro Cidade Jardim em Belo Horizonte – MG, ou outra localidade, no município de Belo Horizonte, a ser indicada pela CONTRATANTE, devendo ser observados todos os subitens relativos ao item “Visitas Técnicas”.

15.1.3.9. Aprovado o cronograma executivo, a SEMOS emitirá a Ordem de Serviço de Implantação, autorizando a CONTRATADA a iniciar suas atividades nos locais de instalação.

15.1.4. Projeto Piloto - Laboratório de Testes:

15.1.4.1. A CONTRATADA deverá instalar e configurar na sede do CONTRATANTE, no prazo máximo de 50 (cinquenta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de serviço de implantação, o Laboratório de Testes que constituirá o projeto piloto do Backbone Secundário.

15.1.4.2. No caso de haver adjudicação de mais de um lote/região a uma mesma CONTRATADA, poderá ser instalado um único laboratório de testes, desde que seja utilizada a mesma tecnologia em todos os lotes/regiões a ela adjudicados.

15.1.4.3. O Laboratório de Testes:

- a) Deverá reproduzir fielmente todas as características físicas, lógicas e funcionais do ambiente de produção contratado.
- b) Será utilizado como projeto piloto de implantação do Backbone Secundário para determinação dos padrões de configurações e validação dos requisitos técnicos solicitados neste Termo de Referência.
- c) Permanecerá ativo durante toda a vigência do contrato para ser utilizado como ambiente de testes pela equipe técnica da CONTRATANTE.

15.1.4.4. A entrega do Laboratório de testes deverá contemplar:

- a) Instalação e configuração completa dos equipamentos e links dos Datacenters da CONTRATANTE.
- b) Instalação e configuração completa de um ponto de acesso nas dependências do Datacenter Primário que será utilizado no projeto piloto.
- c) Testes, ajustes e validações das configurações, juntamente com a equipe técnica da CONTRATANTE.

15.1.5. Emissão do Aceite Técnico do projeto piloto.

15.1.5.1. Durante a fase do projeto piloto, haverá uma equipe técnica da CONTRATANTE disponível para acompanhar a CONTRATADA na implantação e configuração do laboratório de testes, cujas funções serão:

- a) Fornecer informações técnicas à equipe da CONTRATADA.
- b) Acompanhar fisicamente os técnicos da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE.
- c) Auxiliar nos testes e validações das configurações.
- d) Fiscalizar a aderência do projeto piloto com as especificações deste Termo de Referência.

15.1.5.2. Constatada alguma irregularidade em relação aos requisitos técnicos especificados, a SEMOS comunicará formalmente à CONTRATADA para que sejam providenciadas as devidas correções.

15.1.5.3. Após a entrega do laboratório de testes e não havendo pendências técnicas, a SEMOS emitirá o Aceite Técnico do Projeto Piloto, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos.

15.2. **REQUISITOS DA INSTALAÇÃO NAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS**

15.2.1. A CONTRATADA deverá:

15.2.1.1. Realizar uma visita técnica aos locais de instalação, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da ordem de serviço de implantação, para vistoriar e identificar as possíveis necessidades de obras civis ou pendências técnicas de responsabilidade da CONTRATANTE que possam impedir a instalação de seus equipamentos.

15.2.1.2. Comunicar à SEMOS, por meio de um relatório técnico enviado por e-mail, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após a vistoria, a necessidade, ou não, de intervenção na infraestrutura para viabilizar a instalação de seus equipamentos.

15.2.1.3. Após os 25 (vinte e cinco) dias decorridos do início das vistorias aos locais de instalação, a CONTRATANTE terá mais 10 (dez) dias para terminar as obras de infraestrutura necessárias à instalação, caso existam.

15.2.2. O CONTRATANTE será responsável pela infraestrutura de encaminhamento dos cabos (dutos, eletrocalhas, caixas de passagens, etc.) necessária para interligar o Quadro de Distribuição Geral (QDG) ao local indicado para a instalação dos equipamentos da CONTRATADA.

15.2.3. O lançamento dos cabos da área externa (vias públicas) até o QDG será de responsabilidade da CONTRATADA.

15.2.4. Havendo a necessidade de utilização de mídias (cabos) especiais dentro das dependências das unidades administrativas tais como fibras ópticas, cabos coaxiais, ou qualquer outro tipo diferente do par metálico ou par trançado (cabo de rede), a CONTRATADA realizará o lançamento interno até o local de instalação, com o fornecimento de todo o material, incluindo o próprio cabo, conectores, painéis de conexões, distribuidores ópticos, conversores de mídia, etc.

15.2.5. **ETAPAS DE ENTREGA**

15.2.5.1. A entrega do Backbone Secundário deverá ocorrer em duas etapas bem distintas:

- a) Instalação

b) Ativação

15.2.6. **ETAPA DE INSTALAÇÃO**

- a) A CONTRATADA terá um prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento da ordem de serviço de implantação, para entregar 100% (cem por cento) dos pontos instalados e configurados.
- b) A instalação da rede contratada deverá ocorrer totalmente em paralelo à rede atual para minimizar os impactos.
- c) Ao final desse período, o Backbone Secundário deverá estar pronto para a migração e ativação, totalmente configurado conforme o padrão definido durante o projeto piloto.

15.2.7. **ETAPA DE ATIVAÇÃO**

- a) Decorrido o prazo de instalação, haverá um prazo de 30 (trinta) dias corridos para a efetiva ativação dos enlaces do Backbone Secundário.
- b) Dentro desse período, a SEMOS terá os primeiros 20 (vinte) dias para conectar as redes das unidades administrativas à nova rede implantada pela CONTRATADA e testar os enlaces.
- c) O enlace será aprovado somente após a validação da SEMOS, mediante a execução, com sucesso, dos seguintes testes básicos:

- I - Verificação da Capacidade de Transmissão do enlace instalado na Unidade Administrativa.
- II - Verificação dos seguintes parâmetros de desempenho do enlace: delay e perda de pacotes.
- III - Verificação das permissões de acesso.

15.2.7.1. A aprovação nos testes não exime a CONTRATADA de cumprir com todas as outras exigências especificadas neste Termo de Referência.

15.2.7.2. Constatada alguma irregularidade em qualquer enlace do Backbone Secundário, a SEMOS comunicará formalmente à CONTRATADA para que sejam providenciadas as devidas correções.

15.2.7.3. Os 10 (dez) dias finais do período de ativação serão utilizados para homologação dos lotes/regiões por parte da CONTRATANTE e resolução de pendências por parte da CONTRATADA, caso existam.

15.2.8. **Aceite Técnico da Implantação (Etapas de Instalação/Ativação) dos lotes/regiões**

15.2.8.1. Decorrido o período de 30 (trinta) dias da Etapa de Ativação do lote/região e não restando pendências em nenhuma localidade, a SEMOS emitirá, em até 5 (cinco) dias corridos, o Aceite Técnico da Implantação para liberação do pagamento mensal referente ao novo contrato.

15.2.8.2. Os pagamentos mensais, a título de contraprestação pecuniária, serão devidos pela CONTRATANTE somente após a emissão do Aceite Técnico da Implantação, estando a CONTRATADA obrigada a entregar 100% (cem por cento) dos serviços e enlaces configurados e ativados para fazer jus ao aceite. Não haverá pagamento por entrega parcial.

a) O Aceite Técnico da Implantação não está vinculado à entrega do serviço Portal de Atendimento, o qual possui um prazo estendido para início de operação, conforme especificado no item 1.8 - REQUISITOS DA GESTÃO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA DO BACKBONE SECUNDÁRIO.

15.2.8.3. A liberação do pagamento estará vinculada à emissão do Aceite Técnico da Implantação.

15.2.9. Antecipação do Aceite Técnico da Implantação (Etapas de Instalação/Ativação) do lote/região

15.2.9.1. A critério único e exclusivo da CONTRATANTE, poderá haver a antecipação da etapa de ativação de forma que a emissão do Aceite Técnico da Implantação do lote/região ocorra antes do prazo previsto no item REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO E MIGRAÇÃO DO BACKBONE SECUNDÁRIO.

15.2.9.2. A antecipação do Aceite Técnico da Implantação implicará, automaticamente, na antecipação do pagamento, observando o disposto no item FORMA DE PAGAMENTO.

15.3. PRAZOS FINAIS DOS EVENTOS IMPORTANTES

	Ref.	Data Limite	Descrição do Evento	Responsável
Fase de Planejamento (Pré-Instalação)	D0	D0	Data início da vigência.	Contratante e Contratada
	D1	D0 + 2 dias corridos	Fornecer lista das Unidades Administrativas e contatos dos respectivos responsáveis.	Contratante
			Fornecer os contatos da equipe técnica e gerentes administrativos responsáveis pelo projeto do Backbone Secundário.	Contratada
			Prazo final para a realização da reunião inicial do planejamento.	Contratante e Contratada
			Fornecer planilha com informações de endereços IPs dos roteadores MPLS do Backbone Secundário.	Contratada

			Fornecer planilha com os endereços IPs das interfaces internas (LAN) e externas (WAN) dos roteadores MPLS do Backbone Secundário.	Contratante
	D2	D1 + 07 dias corridos	Apresentar cronograma executivo de instalação dos enlaces.	Contratada
Etapa de Instalação	D3	D2 + 0	Dia da emissão/recebimento da Ordem de Serviço de Implantação do lote/região adjudicado.	Contratante e Contratada
	D4	D3 + 20 dias corridos	Prazo final para realizar a visita técnica aos locais de instalação para levantamento de pendências na infraestrutura, caso existam.	Contratada
	D5	D4 + 5 dias corridos	Prazo final para enviar o laudo de vistoria dos locais de instalação.	Contratada
	D6	D5 + 10 dias corridos	Prazo final para o TRE-MG entregar obras de infraestrutura necessárias às instalações, caso existam.	Contratante
	D7	D3 + 50 dias corridos	Prazo final do projeto piloto e entrega do laboratório de testes em perfeito funcionamento e em conformidade com as especificações deste Termo de Referência.	Contratante e Contratada
	D8	D7 + 5 dias corridos	Prazo final para a emissão do Aceite Técnico do Projeto Piloto e Laboratório de Testes.	Contratante
	D9	D3 + 90 dias corridos	Prazo final da Etapa de Instalação, contemplando 100% da instalação e configuração da rede do lote/região adjudicado.	Contratada
Etapa de Ativação	D10	D9 + 20 dias corridos	Prazo final para a ativação dos enlaces do lote/região adjudicado.	Contratante e Contratada

	D11	D9 + 30 dias corridos	Homologação dos enlaces ativos e resolução de pendências repassadas à CONTRATADA	Contratante e Contratada
	D12	D11 + 5 dias corridos	Prazo final para a emissão do Aceite Técnico de Implantação e início de faturamento do lote/região adjudicado.	Contratante
Adequação do Portal de Atendimento	D13	D2 + 180 dias corridos	Prazo final para entrega do portal de atendimento.	Contratad

16. **MODELOS DE TERMOS RELATIVOS À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

16.1. A CONTRATADA deverá observar e respeitar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação da CONTRATANTE, assim como as suas atualizações.

16.2. Observância às diretrizes estabelecidas pela Política de Segurança da Informação e Comunicações da CONTRATANTE e demais normas sobre o assunto.

16.3. Durante as visitas técnicas e serviços de instalação a CONTRATADA deverá:

16.3.1. Responsabilizar-se integralmente por todo e qualquer dano físico, material ou pessoal causado direta ou indiretamente ao CONTRATANTE, seus servidores ou outros, por ocasião da realização dos serviços.

16.3.2. Responsabilizar-se por todos os materiais e ferramentas necessários à execução dos serviços, bem como pelo seu pessoal.

16.3.3. Contar com equipe de profissionais especializados, devidamente identificados e habilitados para a prestação dos serviços contratados.

16.3.4. A CONTRATADA se obriga a manter sob sigilo todas as informações ou dados confidenciais que lhe forem transmitidos ou a que tiver acesso em razão da execução do objeto contratual.

16.4. O Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, encontram-se no ANEXO III - TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO, do Termo de Referência.

17. **DOS NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO, DOS DESCONTOS E DAS RETENÇÕES OU GLOSAS**

17.1. Será exigido para cada um dos serviços contratados o cumprimento do Limiar Mínimo de Qualidade estabelecido para cada um dos indicadores de Acordo de Nível de Serviço (Service Level Agreement - SLA) das Tabelas de Métricas constantes no ANEXO III - REQUISITOS DE DISPONIBILIDADE DO BACKBONE SECUNDÁRIO.

17.2. Serão aplicados descontos em fatura quando houver casos de violação dos indicadores de qualidade de serviços estabelecidos.

17.3. Os descontos serão apurados no curso do mês posterior ao mês de ocorrência e realizados em fatura(s) posterior(es), conforme as disposições deste Termo de Referência e métricas do Anexo III - REQUISITOS DE DISPONIBILIDADE DO BACKBONE SECUNDÁRIO

17.4. O enlace do Backbone Secundário que apresentar qualquer discordância em relação às especificações técnicas deste Termo de Referência será considerado inoperante ou ineficiente, devendo ser aberto um chamado técnico para restabelecer suas condições normais de operação. Tais indisponibilidades poderão gerar descontos proporcionais glosados em faturas mensais por descumprimento contratual, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

17.5. Para fins de aplicação de descontos, glosas ou retenções no faturamento, as indisponibilidades previstas neste Termo de Referência serão apuradas consoante os relatórios previstos no item REQUISITOS DA GESTÃO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA DO BACKBONE SECUNDÁRIO (Item 1.8 do Anexo II), conforme a disponibilidade efetiva do recurso, a partir das informações disponíveis nos sistemas da CONTRATADA;

17.6. Para fins de apuração de disponibilidades e indisponibilidades, em caso de insuficiência, erros ou dúvidas nas medições, as informações disponíveis nos sistemas da CONTRATADA poderão, a qualquer tempo, ser confrontadas com as informações disponíveis nos sistemas da CONTRATANTE.

17.7. Havendo qualquer discordância em relação aos valores medidos, metodologias ou ferramentas utilizadas pela CONTRATANTE para monitorar a rede, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente a CONTRATANTE para que o processo de medição seja revisado e, se for o caso, retificado. A reclamação deverá ser objetiva, contendo, no mínimo, a identificação do problema, com embasamento técnico e dados concretos de medições realizadas pela CONTRATADA que comprovem a discrepância dos valores.

17.8. A não observância de qualquer prazo referente à prestação dos serviços especificados no item REQUISITOS DA GESTÃO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA DO BACKBONE SECUNDÁRIO (Item 1.8 do Anexo II), implicará em descontos previstos em contrato, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

17.9. Os descontos referentes aos serviços não prestados, ou prestados fora das especificações solicitadas, referentes a um determinado mês, serão glosados em fatura(s) posterior(es).

17.9.1. O desconto em fatura estará limitado a 30% (trinta por cento) do valor mensal do contrato. O saldo devedor poderá passar para as próximas faturas ou ser cobrado de outra forma permitida em lei.

17.10. Não serão consideradas para descontos em faturas as indisponibilidades ou problemas causados por:

17.10.1. Casos fortuitos ou força maior, devidamente comprovados.

17.10.2. Interrupções no fornecimento de energia elétrica nas dependências das Unidades Administrativas ou sede do CONTRATANTE.

- 17.10.3. Interferências causadas por operação inadequada, falha ou mau funcionamento de equipamentos de propriedade e gerência do CONTRATANTE. Sendo obrigatória a comprovação técnica por parte da CONTRATADA quando solicitada pelo CONTRATANTE.
- 17.10.4. Falha de equipamento de propriedade ou sob a responsabilidade da CONTRATADA, ocasionada, comprovadamente, por operação inadequada por parte dos funcionários do CONTRATANTE.
- 17.10.5. Manutenções programadas devidamente agendadas entre as partes e autorizadas pela CONTRATANTE.
- 17.10.6. Atrasos na entrega de serviços por motivos concernentes ao CONTRATANTE, conforme listados abaixo. Nesses casos, para fins de aplicação de multas e descontos, será considerado o período integral decorrido para a entrega do serviço, descontados os dias de atraso atribuídos ao CONTRATANTE.
- a) Morosidade em obras de infraestrutura de responsabilidade do CONTRATANTE, necessárias ao fornecimento do serviço solicitado à CONTRATADA.
 - b) Acesso negado às dependências das Unidades Administrativas ou sede do CONTRATANTE nos horários agendados para visitas técnicas.
 - c) Qualquer outra situação em que o CONTRATANTE seja o responsável direto pelo atraso na entrega do serviço, sendo necessária a comprovação dos fatos por parte da CONTRATADA.
- 17.10.7. A desídia na regularização dos serviços poderá ensejar, a critério do CONTRATANTE, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei n.º 14.333/21.
- 17.10.8. O descumprimento das métricas de disponibilidade, conforme estabelecidas nos subitens abaixo relacionados, para uma mesma conexão, por dois meses consecutivos, sujeitará a CONTRATADA ao desconto de 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor mensal do Ponto de Acesso, sem prejuízo dos demais descontos cabíveis.
- a) Disponibilidade dos Datacenters;
 - b) Disponibilidade das unidades administrativas remotas.

ANEXO III DO CONTRATO

REQUISITOS DE DISPONIBILIDADE DO BACKBONE SECUNDÁRIO

1. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE DESCONTOS, RETENÇÕES E GLOSAS

O descumprimento das métricas de disponibilidade resultará em descontos proporcionais pelos serviços não prestados ou prestados fora das especificações, segundo os critérios definidos neste contrato.

Indicador 1: Disponibilidade do link

- Caso a disponibilidade (D) fique acima do SLA, a operadora não sofrerá desconto;
- Caso a disponibilidade (D) fique abaixo do SLA, para cada 0,1% (um décimo por cento) abaixo das métricas de disponibilidade será aplicado um desconto correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal do Ponto de Acesso afetado, sem prejuízo dos demais descontos aplicáveis.

Indicador 2: Prazo para vistoria de infraestrutura

- Para descumprimento do prazo para vistoria de infraestrutura ou de anexação do respectivo relatório, poderá ser aplicado o desconto de 5% (cinco por cento), por dia de atraso, sobre o valor mensal do circuito afetado.

Indicador 3: Prazo para instalação de novo ponto de acesso

- Para descumprimento do prazo de instalação de novo ponto de acesso, poderá ser aplicado o desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do circuito afetado, por dia de atraso.

Indicador 4: Prazo para alteração de endereço do ponto de acesso

- Para descumprimento do prazo de alteração de endereço do ponto de acesso, poderá ser aplicado o desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do circuito afetado, por dia de atraso.

Indicador 5: Prazo para alteração de perfil do ponto de acesso

- Para descumprimento do prazo de alteração de perfil do ponto de acesso, poderá ser aplicado o desconto de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do circuito afetado, por dia de atraso.

Indicador 6: Prazo para manutenção do ponto de acesso

- Para descumprimento do prazo de manutenção no ponto de acesso, poderá ser aplicado o desconto de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do circuito afetado, por dia de atraso.

Indicador 7: Prazo para alteração de configurações da rede

- Para descumprimento do prazo de alteração de configuração de rede, poderá ser aplicado o desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do circuito afetado, por dia de atraso.

Indicador 8: Realização do plantão técnico especial

- Para o não comparecimento do técnico nos dias designados para o plantão, atraso do técnico ou não atendimento da instituição do grupo em canal ágil de comunicação, poderá ser aplicado o desconto de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do contrato.

Indicador 9: Prazo para fornecimento de informação sobre serviço

- Para descumprimento do prazo para fornecimento de informação sobre serviço, poderá ser aplicado o desconto de 0,025% (25 milésimos por cento) por dia de atraso, do respectivo valor mensal do CONTRATO.

Indicador 10: Disponibilidade do Portal de Atendimento

- Caso a disponibilidade (D) fique acima do SLA, a operadora não sofrerá desconto;
- Caso a disponibilidade (D) fique abaixo do SLA, para cada 0,1% (um décimo por cento) abaixo das métricas de disponibilidade será aplicado um desconto correspondente a 0,1% (um décimo por cento) do respectivo valor mensal do CONTRATO;
- Caso o Portal de Atendimento esteja acessível, mas operando fora das especificações deste Edital, o mesmo será considerado como indisponível, neste caso, para cada 0,1% (um décimo por cento) abaixo das métricas de disponibilidade será aplicado um desconto correspondente a 0,1% (um décimo por cento) do respectivo valor mensal do CONTRATO.

2. TABELAS DE MÉTRICAS DE DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS.

INDICADOR 1: DISPONIBILIDADE DO ENLACE	
Descrição	O termo "Disponibilidade" no contexto da gerência operacional e administrativa do Backbone Secundário representa o valor percentual de tempo que o serviço contratado permaneceu em perfeito funcionamento em relação ao tempo total de medição.
Forma de cálculo	$D (\%) = 100 - It (\%)$ <p>As indisponibilidades correspondem aos tempos em que os enlaces apresentarem problemas, e serão obtidas dos registros de eventos no sistema de gerenciamento da CONTRATADA, podendo ser confrontados com as informações do sistema de monitoramento da CONTRATANTE.</p> <p>Nos casos em que houver discrepância entre as aferições dos sistemas, a situação será analisada pela CONTRATANTE.</p>

	Somente serão desconsiderados os tempos de inoperância causados por manutenções programadas com a prévia anuência da CONTRATANTE, bem como os casos fortuitos e de força maior, devidamente comprovados.
Periodicidade de aferição	Mensal
SLA	Conforme Tabela de Níveis Mínimos de Serviço dos Pontos de Acesso
Pontos de controle	<p>A CONTRATADA realizará, por meio da sua solução de gerenciamento, a coleta e o armazenamento de informações acerca dos enlaces pelo tempo de duração do contrato.</p> <p>As frequências de coleta serão ajustadas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, no curso da vigência do contrato, podendo ser revistas sempre que necessário.</p>
Relatórios de Níveis de Serviço	<p>A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE, no portal de atendimento, relatórios com os índices apurados, totalizados e apresentados mensalmente pelo enlace.</p> <p>Nos relatórios citados deverão ser apresentados: o tempo de indisponibilidade (horas e minutos), o tempo de interrupções programadas, o tempo de interrupções de responsabilidade da CONTRATANTE.</p> <p>A CONTRATADA deverá disponibilizar relatório detalhando os tempos de falhas (com hora de início e fim da inoperância), minutos excedentes ao prazo máximo para reparo e disponibilidade no período (mês) e motivo(s) da(s) indisponibilidade(s) apurada(s).</p>

NOTAS EXPLICATIVAS AO INDICADOR 1:

1. Períodos Eleitorais Especiais: São períodos considerados importantes para a CONTRATANTE, exigindo maior disponibilidade dos serviços de rede. São eles os seguintes meses do ano civil:

1.1 O mês antecedente e o mês no qual ocorre qualquer pleito eleitoral de abrangência nacional ou municipal, seja: Eleição Geral, Eleição Municipal, Plebiscito e Referendo.

1.2 O mês no qual ocorre o fechamento do cadastro eleitoral, com data determinada pela Legislação Eleitoral – Lei nº 9.504/97.

1.3 O mês no qual ocorre o encerramento do registro de candidatura, com data determinada pela Legislação Eleitoral – Lei nº 9.504/97.

2. Horas Úteis

2.1 Fora dos Períodos Eleitorais Especiais:

2.1.1 Datacenters da CONTRATANTE – sede da CONTRATANTE: período compreendido entre 07:00 e 19:00, de segunda à sexta-feira, excluindo-se os feriados.

2.1.2 Unidades Administrativas: período compreendido entre 12:00 e 18:00, de segunda a sexta-feira, excluindo-se os feriados.

2.2 Durante os Períodos Eleitorais Especiais:

2.2.1 Datacenters da CONTRATANTE – sede da CONTRATANTE: período compreendido entre 07:00 e 22:00, sete dias por semana, incluindo-se os feriados.

2.2.2 Unidades Administrativas: período compreendido entre 07:00 e 19:00, sete dias por semana, incluindo-se os feriados.

3. Cálculo da Disponibilidade

3.1 O cálculo de disponibilidade dos enlaces do Backbone Secundário será realizado mensalmente, por localidade de instalação, considerando os termos, variáveis e fórmulas a seguir:

$D(\%)$ = Percentual de disponibilidade do enlace de comunicação de dados em relação ao período total de medição.

$I(\%)$ = Percentual de indisponibilidade do enlace de comunicação de dados em relação ao período total de medição.

M = Multiplicador de severidade. Esta variável assumirá os valores 0,00; 0,50 e 1,00, dependendo das condições operacionais do enlace ou do funcionamento da redundância, conforme TABELA DE ESTADOS DOS ENLACES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS.

3.2 O valor da indisponibilidade será calculado pela fórmula:

$$I(\%) = M * H_i / H_t * 100$$

Onde:

H_i (total de horas inoperantes) = Quantidade total de horas em que o recurso permaneceu com defeito, contadas a partir da identificação do problema pelos sistemas da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, ou da abertura ou fechamento do chamado técnico, conforme o caso, considerando-se apenas as Horas Úteis, conforme definição abaixo.

H_t (total de horas do período de medição) = Quantidade total de horas decorridas a partir de 00:00 do dia 1º do mês corrente da medição, considerando apenas as Horas Úteis, conforme definição abaixo.

Por se tratar de uma grandeza proporcional ao Multiplicador de Severidade (M) e considerando que poderá haver mais de uma ocorrência de falha para o mesmo Ponto de Acesso com valores de M diferentes, dentro de um mesmo período de medição, a indisponibilidade será calculada, separadamente, para cada ocorrência, sendo a indisponibilidade total do serviço calculada pela somatória das indisponibilidades individuais, ou seja:

$$I_t(\%) = \sum I(\%)$$

Indisponibilidade Total (I_t) é igual ao somatório das indisponibilidades individuais, por localidade, por período de medição.

3.3 O Percentual de Disponibilidade (D) do Ponto de Acesso será medido mensalmente, para cada localidade, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$D\text{ (\%)} = 100 - It\text{ (\%)}$$

Havendo a indisponibilidade na rede que afete várias localidades, para efeito de descontos, serão considerados indisponíveis todos os enlaces afetados pelo evento, devendo-se aplicar o Multiplicados de Severidade M=1.

TABELA DE ESTADOS DOS ENLACES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS	
ESTADO DO ENLACE	Multiplicador de Severidade (M)
Todos os enlaces e equipamentos operando dentro das especificações do contrato	0,00
Link do Concentrador MPLS ou Link da Unidade Administrativa Remota operando fora das especificações*	0,50
Link do Concentrador MPLS ou Link da Unidade Administrativa Remota inoperante	1,00

* O termo “fora das especificações” implica que o link está com algum problema técnico que esteja impedindo o seu correto funcionamento, em conformidade com as suas especificações, como, por exemplo, apresentando desempenho abaixo do SLA por períodos prolongados que justificam uma avaliação técnica.

TABELA DE NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO DOS PONTOS DE ACESSO	
Tipo de Ponto de Acesso	SLA

Os Acessos Principais do Backbone Secundário (Datacenters) deverão apresentar, no mínimo, os seguintes percentuais de disponibilidade mensal (D)	<p>Fora dos Períodos Eleitorais Especiais: Disponibilidade (D) igual ou superior a 98,5% (noventa e oito vírgula cinco por cento).</p> <p>Em Períodos Eleitorais Especiais: Disponibilidade (D) igual ou superior a 99,4% (noventa e nove vírgula quatro por cento).</p>
Os Acessos Remotos (unidades administrativas) do Backbone Secundário deverão apresentar, no mínimo, os seguintes percentuais de disponibilidade mensal (D)	<p>Fora dos Períodos Eleitorais Especiais: Disponibilidade (D) igual ou superior a 95,5% (noventa e cinco vírgula cinco por cento).</p> <p>Em Períodos Eleitorais Especiais: Disponibilidade (D) igual ou superior a 98,5% (noventa e oito vírgula cinco por cento).</p>

INDICADOR 2: PRAZO PARA VISTORIA DE INFRAESTRUTURA	
Descrição	Prazo limite para a CONTRATADA atender à solicitação de vistoria de infraestrutura.
Forma de cálculo	Apuração do tempo de compreendido entre a solicitação, realização da vistoria e emissão do respectivo relatório. Quando devidamente comprovado que eventual atraso não é imputável à CONTRATADA, por caso fortuito, força maior, causas imputáveis à CONTRATANTE, entre outras causas, a CONTRATANTE deverá autorizar a CONTRATADA a atualizar tal fato em seus registros, excluindo-se então o período informado do cálculo de realização do serviço.
Periodicidade de aferição	Sob demanda.
SLA	A CONTRATADA terá um prazo máximo de 10 dias corridos, contados da abertura do chamado técnico, para realizar a vistoria no local indicado.

		<p>A CONTRATADA deverá juntar respectivo chamado técnico, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados do dia da visita técnica, um relatório informando:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Quais as velocidades (largura de banda) disponíveis para o local solicitado; 2. Tempo mínimo estimado para realizar a instalação, observando o limite máximo de 60 (sessenta) dias corridos, a partir da data de abertura do chamado técnico; 3. Qualquer pendência na infraestrutura que seja de responsabilidade da CONTRATANTE e que possa impedir ou atrasar a instalação do Ponto de Acesso.
Pontos de controle	de	Solicitações abertas no portal de atendimento (prioritariamente) ou na Central de Atendimento (subsidiariamente) da CONTRATADA, e respectivos registros.
Relatórios Níveis Serviço	de de	A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE, via portal de atendimento, relatório das respectivas solicitações (chamados abertos, fechados e em andamento).

INDICADOR 3: PRAZO PARA INSTALAÇÃO DE NOVO PONTO DE ACESSO

Descrição		A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer momento durante a vigência do contrato, por meio de um chamado técnico, a instalação de novos Pontos de Acesso no Backbone Secundário, até o quantitativo previsto contratualmente. As instalações que ocorrerem além deste limite serão consideradas acréscimos ao contrato, nos termos da lei.
Forma de cálculo	de	Apuração do tempo de compreendido entre a solicitação e a disponibilização do enlace no endereço de destino, em condições operacionais. Quando devidamente comprovado que eventual atraso não é imputável à CONTRATADA, por caso fortuito, força maior, causas imputáveis à CONTRATANTE, entre outras causas, a CONTRATANTE deverá autorizar a CONTRATADA a atualizar tal fato em seus registros, excluindo-se então o período informado do cálculo do prazo de realização do serviço.
Periodicidade de aferição		Mensal
SLA		A CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias corridos para realizar a vistoria no endereço de destino. Após este prazo, A CONTRATADA terá um prazo máximo de 50 (cinquenta) dias corridos para disponibilizar o enlace na nova localidade.

Pontos controle	de	Solicitações abertas no portal de atendimento (prioritariamente) ou na Central de Atendimento (subsidiariamente) da CONTRATADA, e respectivos registros.
Relatórios Níveis Serviço	de de	A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE, via portal de atendimento, relatório das respectivas solicitações (chamados abertos, fechados e em andamento).

INDICADOR 4: PRAZO PARA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DO PONTO DE ACESSO

Descrição		O CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer momento durante a vigência do contrato, por meio de um chamado técnico, a alteração de endereço de qualquer Ponto de Acesso ativo no contrato do Backbone Secundário.
Forma cálculo	de	Apuração do tempo de compreendido entre a solicitação e a disponibilização do enlace no endereço de destino, em condições operacionais. Quando devidamente comprovado que eventual atraso não é imputável à CONTRATADA, por caso fortuito, força maior, causas imputáveis à CONTRATANTE, entre outras causas, a CONTRATANTE deverá autorizar a CONTRATADA a atualizar tal fato em seus registros, excluindo-se então o período informado do cálculo de realização do serviço.
Periodicidade de aferição		Mensal
SLA		A CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias corridos para realizar a vistoria no endereço de destino. Após este prazo, A CONTRATADA terá um prazo máximo de 50 (cinquenta) dias corridos para disponibilizar o enlace na nova localidade.
Pontos controle	de	Solicitações abertas no portal de atendimento (prioritariamente) ou na Central de Atendimento 0800 (subsidiariamente) da CONTRATADA, e respectivos registros.
Relatórios Níveis Serviço	de de	A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE, via portal de atendimento, relatório das respectivas solicitações (chamados abertos, fechados e em andamento).

INDICADOR 5: PRAZO PARA ALTERAÇÃO DE PERFIL DO PONTO DE ACESSO

Descrição	A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer momento durante a vigência do contrato, por meio de um chamado técnico, a alteração de perfil dos Pontos de Acesso no Backbone Secundário, até o limite previsto contratualmente.
Forma de cálculo	Apuração do tempo de compreendido entre a solicitação e a efetivação da alteração de perfil de acesso.
Periodicidade de aferição	Mensal
SLA	A CONTRATADA terá um prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da abertura do chamado técnico, para realizar a alteração do perfil do enlace. Havendo a necessidade de investimento em infraestrutura por parte da CONTRATADA para atender a demanda de Upgrade, o prazo de entrega poderá ser renegociado diretamente com a CONTRATANTE, que designará um prazo máximo que atenda às necessidades da CONTRATANTE.
Pontos de controle	Solicitações abertas no portal de atendimento (prioritariamente) ou na Central de Atendimento 0800 (subsidiariamente) da CONTRATADA, e respectivos registros.
Relatórios de Níveis de Serviço	A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE, via portal de atendimento, relatório das respectivas solicitações (chamados abertos, fechados e em andamento).

INDICADOR 6: PRAZO PARA MANUTENÇÃO DO PONTO DE ACESSO

Descrição	A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer momento durante a vigência do contrato, por meio de um chamado técnico, a manutenção de um Ponto de Acesso do Backbone Secundário para restaurar suas condições de operação especificadas no contrato.
Forma de cálculo	Apuração do tempo de compreendido entre a solicitação e a efetivação do procedimento de manutenção para restaurar as condições de operação especificadas no contrato.
Periodicidade de aferição	Mensal

SLA	<p>A CONTRATADA terá um prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da abertura do chamado técnico, para realizar a manutenção no ponto de acesso.</p> <p>As indisponibilidades na prestação dos serviços contratados, incluindo os períodos decorridos de chamados abertos por motivos de queda de desempenho ou inconformidade com os requisitos técnicos estabelecidos, serão descontadas em fatura posterior ao do mês de ocorrência.</p> <p>As solicitações de manutenção serão fiscalizadas pela disponibilidade real do serviço, portanto, para fins de aplicação de descontos no faturamento, o tempo de indisponibilidade do enlace será informado pelo sistema de monitoramento da CONTRATADA ou da CONTRATANTE, conforme o caso, independentemente da data e hora da abertura e fechamento do chamado.</p>
Pontos de controle	Solicitações abertas no portal de atendimento (prioritariamente) ou na Central de Atendimento 0800 (subsidiariamente) da CONTRATADA, e respectivos registros, para desativação do ponto de acesso.
Relatórios de Níveis de Serviço	A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE, via portal de atendimento, relatório das respectivas solicitações (chamados abertos, fechados e em andamento).

INDICADOR 7: PRAZO PARA ALTERAÇÃO DE CONFIGURAÇÕES DA REDE	
Descrição	A CONTRATADA poderá solicitar, a qualquer momento durante a vigência do contrato, por meio de um chamado técnico, alterações nas configurações dos CPEs relativas às funcionalidades de segurança e operacionais.
Forma de cálculo	Apuração do tempo de compreendido entre a solicitação e a efetivação do procedimento de alterações nas configurações dos respectivos CPEs.
Periodicidade de aferição	Mensal
SLA	A CONTRATADA terá um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da abertura do chamado técnico, para realizar a manutenção no ponto de acesso.
Pontos de controle	<p>Solicitações abertas no portal de atendimento (prioritariamente) ou na Central de Atendimento 0800 (subsidiariamente) da CONTRATADA, e respectivos registros.</p> <p>Todas as alterações de configuração deverão ser acompanhadas pela equipe técnica da CONTRATANTE, para validação e homologação.</p>

Relatórios de Níveis de Serviço	A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE, via portal de atendimento, relatório das respectivas solicitações (chamados abertos, fechados e em andamento).
---------------------------------	--

INDICADOR 8: REALIZAÇÃO DO PLANTÃO TÉCNICO ESPECIAL	
Descrição	<p>A CONTRATADA deverá disponibilizar, a pedido formal realizado pela SEMOS, um técnico em regime de plantão na sede do CONTRATANTE, de 08h:00min as 18h:00min, no período de 3 (três) dias antes até 1 (um) dia depois dos seguintes eventos:</p> <p>Eleições gerais, municipais ou extraordinárias, sendo que, no dia do pleito, o técnico permanecerá de plantão até que seja liberado pela CONTRATANTE.</p> <p>Fechamento do Cadastro Eleitoral.</p>
Forma de cálculo	Acompanhamento por parte da Fiscalização.
Periodicidade de aferição	Mensal, em anos eleitorais.
SLA	<p>Não comparecimento do técnico no plantão, nos dias estipulados no contrato.</p> <p>Não substituição do técnico, conforme estipulado no contrato.</p> <p>Não instituição do Grupo de Comunicação Ágil, conforme estipulado no contrato.</p>
Pontos de controle	<p>Solicitações abertas no portal de atendimento (prioritariamente) ou na Central de Atendimento 0800 (subsidiariamente) da CONTRATADA, e respectivos registros.</p> <p>A CONTRATADA deverá garantir que o técnico plantonista tenha pleno conhecimento sobre a arquitetura de rede, equipamentos, softwares e serviços utilizados no Backbone Secundário.</p> <p>A pedido formal encaminhado pela SEMOS, A CONTRATADA substituirá o técnico plantonista caso seja constatado que ele não possui capacidade para suportar os equipamentos, softwares e serviços contratados, ou possui qualquer impedimento para executar suas atividades, ou não comparecer no horário estipulado.</p>
Relatórios de Níveis de Serviço	A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE, via portal de atendimento, relatório das respectivas solicitações (chamados abertos, fechados e em andamento).

INDICADOR 9: PRAZO PARA FORNECIMENTO DE INFORMAÇÃO SOBRE SERVIÇO

Descrição	A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer momento durante a vigência do contrato, por meio de um chamado técnico, informações sobre serviços em andamento. Qualquer solicitação de informação sobre os serviços em andamento deve ser respondida no prazo máximo de 01 (um) dia.
Forma de cálculo	Apuração do tempo de compreendido entre a solicitação e resposta da CONTRATADA.
Periodicidade de aferição	Sob demanda.
SLA	A CONTRATADA terá um prazo máximo de 01 (um) dia, contado da abertura do chamado técnico, para disponibilizar a informação solicitada.
Pontos de controle	Solicitações abertas no portal de atendimento (prioritariamente) ou na Central de Atendimento 0800 (subsidiariamente) da CONTRATADA, e respectivos registros.
Relatórios de Níveis de Serviço	A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE, via portal de atendimento, relatório das respectivas solicitações (chamados abertos, fechados e em andamento).

INDICADOR 10: DISPONIBILIDADE DO PORTAL DE ATENDIMENTO

Descrição	Percentual de tempo, durante o período do mês de operação, em que o Portal de Atendimento venha a permanecer em condições normais de funcionamento.
Forma de cálculo	$D = [(To - Ti) / To] * 100,$ <p>onde: D = índice percentual de disponibilidade mensal do portal de atendimento. To = período de operação (um mês) em horas. Ti = somatório dos tempos de inoperância durante o período de operação (um mês) em horas.</p> <p>No caso de inoperância recorrente num período inferior a 2 (duas) horas, contado a partir do restabelecimento da última inoperância do portal de atendimento, considerar-se-á como tempo de indisponibilidade do portal de atendimento o início da primeira inoperância até o final da última inoperância, quando o portal de atendimento estiver totalmente operacional. Os tempos de inoperância serão os tempos em que o portal de atendimento apresentarem problemas, e serão obtidos dos registros de eventos no sistema de gerenciamento da CONTRATADA, confrontados com as informações do sistema da CONTRATANTE.</p>

		<p>Para fins de cálculo do indicador, serão utilizadas para conversões de minutos em horas e demais coeficientes a aproximação até a quarta casa decimal, ao menos.</p> <p>Somente serão desconsiderados os tempos de inoperância, causados por manutenções programadas com a prévia anuência do Contratante, bem como os casos fortuitos e de força maior, devidamente comprovados.</p>
Periodicidade de aferição		Mensal
SLA		99,0%
Pontos de controle	de	A CONTRATADA realizará, por meio da sua solução de gerenciamento, a coleta e o armazenamento de informações a respeito do portal de atendimento durante a vigência do Contrato.
Relatórios de Níveis de Serviço	de de	<p>A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à Contratante, no portal de atendimento, relatórios com os índices apurados, totalizados e apresentados mensalmente pelo portal de atendimento.</p> <p>Nos relatórios citados deverão ser apresentados: o tempo de indisponibilidade (horas e minutos), o tempo de interrupções programadas e o tempo de interrupções de responsabilidade da CONTRATANTE.</p> <p>A CONTRATADA deverá disponibilizar, relatório detalhando os tempos de falhas (com hora de início e fim da inoperância), minutos excedentes ao prazo máximo para reparo e disponibilidade no período (mês) e motivo(s) da(s) indisponibilidade(s) apurada(s).</p>